

DANIEL FERNANDO VICARI PIRES

CONSTRUINDO UM NOVO HORIZONTE:

Um estudo de caso sobre a produção da habitação popular no município de Ponte Nova – MG
de 1980 a 1990

**Viçosa - MG
Junho de 2009**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CONSTRUINDO UM NOVO HORIZONTE:

Um estudo de caso sobre a produção da habitação popular no município de Ponte Nova – MG
de 1980 a 1990

Monografia apresentada como exigência
parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em Geografia pela Universidade Federal de
Viçosa

Orientadora: Prof.^a D.S. Maria Isabel de
Jesus Chrysóstomo

Acadêmico: Daniel Fernando Vicari Pires

Viçosa - MG
Junho de 2009

RESUMO

Este trabalho configura-se como resultado de um estudo de caráter exploratório descritivo voltado para o entendimento da questão da habitação popular no Brasil. Buscou-se estabelecer um eixo de reflexão que abarcasse alguns dos fatores que caracterizam a oferta de moradias destinadas às classes populares, analisando a sua produção mediante a adoção de políticas estatais no setor habitacional, que se conjugam à ação de outros atores sociais, responsáveis também pela produção da cidade entendida aqui a partir do conceito de espaço urbano.

Contextualizando a pesquisa e seu tema em um recorte, espacial e temporal, problematizou-se o surgimento do Bairro Novo Horizonte, que se localiza no Município de Ponte Nova-MG na mesorregião da Zona da Mata Mineira estabelecendo uma análise referente ao período de 1986 a 1991. Levando em consideração que o referido período é marcado por mudanças políticas econômicas, sobretudo sociais relacionadas ao fim do regime da ditadura militar (1964-1984), e à Promulgação da Constituição de 1988, formulou-se a hipótese de que havia uma organização popular em Ponte Nova-MG que adota a moradia como pauta de reivindicação. Além disso, considerou-se que essa movimentação social foi preponderante na adoção da administração municipal de medidas voltadas ao abrandamento das carências sociais ao nível do urbano dando maior ênfase à questão da moradia.

Os objetivos propostos buscaram resgatar parte da memória da comunidade local, no que se refere à concepção do Bairro Novo Horizonte, e ao cenário social e político local. Verificou-se nesse cenário a existência de uma mobilização popular representada pelas Associações de Bairro, Clubes de Mães e sindicatos de trabalhadores de diversas categorias, que serviram como indicadores ao Estado das insatisfações e principais necessidades da população local.

Como caminho metodológico ao cumprimento desses objetivos optou-se pela catalogação e a análise de documentos encontrados nos setores de arquivos da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, no acervo da Biblioteca Pública Municipal e junto a arquivos de particulares. Destaca-se como principal fonte documental utilizada os exemplares do jornal Folha de Ponte Nova, pertencentes ao acervo da Biblioteca Pública, dos quais se retirou grande número de informações sobre as entidades civis presentes em Ponte Nova e o contexto político e social da época, tendo uma série de reportagens de 1988 a 1991 (nº. 01 a 154).

Ainda em relação à metodologia empregada na construção de uma história oral, foram realizadas entrevistas - livres em forma de roteiro e semi estruturadas – com pessoas que estiveram envolvidas de algum modo à criação do Bairro Novo Horizonte e junto a uma amostra não probabilística de 21 moradores do bairro.

Após as etapas de coleta, organização e análise do conteúdo das fontes documentais e orais estas apontaram para uma reflexão a respeito da forma como a questão da moradia se colocou no Município de Ponte Nova no referido contexto. Averiguou-se que havia uma carência de moradias às pessoas pobres, que se agravou com o crescimento da população urbana e a ocorrência de famílias desabrigadas em razão do desabamento de casas, provocado por enchentes e deslizamentos de terra.

A mobilização popular serviu, portanto, como indicador desses problemas que também eram de cunho social, fazendo com que o Estado, representado pelo poder público municipal, se articulasse aos níveis dos governos estadual e federal na implantação de ações voltadas ao atendimento das reivindicações da população e na tentativa de solucionar o problema da falta de moradias.

Concluiu-se que o surgimento do Bairro Novo Horizonte em concomitância com a utilização dessa área para a construção de casas populares, exemplifica uma estratégia de revalorização fundiária adotada pelos proprietários fundiários. Nesse sentido, a partir deste trabalho, coloca-se em evidência que ao se articularem a promotores imobiliários e ao Estado, os proprietários de terras contribuem ao aprofundamento do fenômeno da segregação sócio espacial presente no espaço urbano, e à reprodução de fatores relacionados às condições de marginalidade atribuídas aos bairros localizados na periferia das cidades.

Palavras-chave: políticas públicas, habitação popular, espaço urbano, movimentos sociais urbanos, história oral, segregação sócio espacial, marginalidade.

Dedico este trabalho aos mutirantes, e àqueles que participaram de alguma forma do árduo trabalho que deu origem às casas populares do Bairro Novo Horizonte. Caminhar, ainda criança, por suas ruas de chão batido e sem nomes, me sensibilizou sobre a realidade de se viver em um lugar onde os benefícios citadinos se mostram ausentes, e as dificuldades diárias se colocam aos pobres como um sacrifício, recompensado pela segurança de descansar sob um teto próprio, e alentado pela esperança de que a vida melhore com a chegada da urbanização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo ao dom da vida e a capacidade de pensar que me foram oferecidos, e permitiram assentar mais uma etapa da minha formação intelectual concretizada na realização deste trabalho. Presto aqui meus agradecimentos em primeiro lugar aos meus pais, pelo esforço e dedicação empreendidos na minha formação escolar, e ao apoio e incentivo ofertados durante a realização da presente pesquisa, e em seguida às minhas irmãs, pela paciência em relação à minha pessoa e reconhecimento do meu esforço acadêmico. Agradeço a todos os meus familiares pelo carinho e atenção prestados desde sempre, que se somaram aos desejos de sucesso durante a minha graduação. Agradeço à minha orientadora pela humildade na proposição de idéias, e incentivo à adoção de uma postura científica mais arrojada na exposição das minhas opiniões pessoais. Agradeço de modo geral à amizade dos amigos de curso e do apartamento 2312 que compartilharam de momentos dedicados ao estudo e descontração. No intuito de não incorrer no esquecimento de alguém, transmito meus agradecimentos a todas as pessoas que entenderam a motivação e a relevância deste trabalho, e contribuíram de alguma maneira para que o mesmo chegasse à presente concretização.

“A classe operária e as pessoas pobres não vivem em casas e bairros planejados por elas. Mudam-se quer para residências deixadas pelos ricos, quer para novos conjuntos habitacionais. Em ambos os casos, a estrutura física não reflete os ideais de seus moradores. (...) O sentimento, se é que existe, se desenvolveu tão lentamente quanto a familiaridade.”

(TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A EXPERIÊNCIA PESSOAL E O POSICIONAMENTO ACERCA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR	11
2. O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA	13
3. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS DE 1985 A 1990	16
3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO: ALGUNS POSICIONAMENTOS	16
3.2 A POLÍTICA HABITACIONAL NOS GOVERNOS PÓS DITADURA MILITAR	18
3.2.1 <i>A crise no setor habitacional e a instituição da Caixa Econômica Federal</i>	22
3.2.2 <i>O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais no Governo Sarney</i>	23
4. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ORGANIZAÇÃO POPULAR E POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA-MG	25
4.1. A PASTORAL OPERÁRIA E A AUTONOMIA DOS MOVIMENTOS POPULARES EM PONTE NOVA-MG.....	30
4.2. ASSOCIAÇÕES DE BAIROS: POSSIBILIDADES AO SURGIMENTO DE NOVAS LIDERANÇAS, OU EXTENSÃO DO PODER LEGISLATIVO?	31
4.3. MULHERES ORGANIZADAS: O MOVIMENTO DOS CLUBES DE MÃES	34
4.4. ORGANIZAÇÃO SINDICAL: REIVINDICAÇÕES E GREVES NA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO	36
5. AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO: A ATUAÇÃO DA SEAC E DA SETAS/CEAPS	38
5.1. O PAPEL DA SETAS/CEAPS E A ORGANIZAÇÃO POPULAR EM PONTE NOVA-MG	40
6. “O POVO PRECISA É DE MORAR”: A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO GOVERNO DE ANTÔNIO BARTOLOMEU (1989-1992)	44
7. A CIDADE ATRAVÉS DOS MORROS: O SURGIMENTO DO BAIRRO NOVO HORIZONTE	48
7.1. O PROGRAMA NACIONAL DE MUTIRÕES HABITACIONAIS EM PONTE NOVA-MG	55
7.2. RESUMO DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DO NOVO HORIZONTE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA PARA A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA NACIONAL DE MUTIRÕES HABITACIONAIS	56
7.3. RESUMO DO ESTATUTO DA SOCIEDADE COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO NOVO HORIZONTE - PONTE NOVA - MG	57
7.4. A MOBILIZAÇÃO DA SOCOHAB NA REIVINDICAÇÃO PELA CONTINUIDADE DO MUTIRÃO	59
8. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA VIDA NO BAIRRO NOVO HORIZONTE E DE SEUS HABITANTES	61
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
FONTES UTILIZADAS	72
APÊNDICES	75
ANEXOS	83
NOTAS	130

INTRODUÇÃO

Ao se debruçar sobre a cidade a Geografia se apropria do conceito de espaço urbano, que representa a cidade enquanto objeto material, mas também como resultado de relações sociais as quais se denomina o urbano. Portanto, diferentes olhares e interpretações convergem em torno dessa cidade, a partir do momento em que a mesma se coloca como elemento de discussão a respeito da sociedade, e caminham paralelamente na tentativa de promover crescimento econômico e cidadania na gestão das mesmas, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte.

Ao pensar a cidade, a Geografia, pesquisa e reflete a respeito das relações inseridas no urbano, com um caráter de elucidação de contradições que revelam uma disputa entre grupos sociais. Assim, surge aos que demonstram interesse por essa temática, o desafio de perceber através da cidade, objeto material, elementos que revelam ideologias e intencionalidades evidentemente imateriais, mas que se refletem na produção dessa mesma cidade. A presente pesquisa tem como temática a questão da habitação popular no Brasil. O seu principal elemento de discussão é a construção de moradias populares, mediante a ação do Estado e da sociedade representada, sobretudo, pelos movimentos sociais urbanos.

A presente pesquisa teve como objetivo geral elucidar a partir da atuação do Estado e dos movimentos sociais, e o surgimento do Bairro Novo Horizonte tendo como evento principal a construção das casas populares, em regime de mutirão, mediante a ação da Sociedade Comunitária de Habitação do Novo Horizonte e da Prefeitura Municipal de Ponte Nova-MG e pelo governo federal.

Além disso, procurou-se identificar a ação dos principais atores que estiveram envolvidos nesse processo, de modo a verificar a permanência, e o aparecimento de lideranças a nível local, principalmente aquelas que deram visibilidade aos movimentos de reivindicação por melhorias urbanas.

A presente pesquisa foi realizada no Município de Ponte Nova – MG localizado na mesorregião da Zona da Mata cuja população no ano de 2007, segundo o IBGE, é estimada em 55.687 habitantes, possuindo uma unidade territorial de 470,34 km². Um dos fenômenos a ser estudado foi a criação do Bairro Novo Horizonte que se encontra localizado em uma área periférica do Município de Ponte Nova-MG. Nessa área destacamos além do referido bairro, os Bairros São Pedro, Cidade Nova e Bairro Industrial (Anexo A, Anexo B e Anexo C). Acredita-se que, embora esses bairros tenham surgido em anos diferentes, houve ao longo das

décadas de 1980 e 1990, uma política de expansão da malha urbana, que adotou a criação de loteamentos populares como solução ao problema da habitação na cidade.

Ao realizar uma investigação preliminar junto ao Cartório de Registro de Imóveis do Município de Ponte Nova-MG descobriu-se num primeiro momento, que o imóvel onde hoje se encontra o Bairro Novo Horizonte passou de área rural a urbana, a partir do ano de 1979. Essa nova delimitação do perímetro urbano do Município ocorreu partir da Lei nº 1.176, desvinculando o imóvel onde se encontra o Bairro, do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (Anexo D). No mesmo cartório levantou-se a informação de que a criação do loteamento é do ano de 1986, e que o proprietário era sócio gerente da imobiliária responsável pelo loteamento. Com relação à legalidade do loteamento, a documentação assinala que este se encontrava irregular, até o ano de 2007, embora o bairro tenha mais de 20 anos de existência.

A partir dessas informações formulou-se a seguinte questão: entendendo que o contexto político de criação do Bairro Novo Horizonte vincula-se a um momento de transição democrático do país representado pelo fim do regime de ditadura militar e eleição de um governo civil, havia de fato movimentos sociais de reivindicação no Município de Ponte Nova-MG? Se existiram de que maneira se posicionaram em relação às políticas urbanas adotadas a nível local e nacional?

Acredita-se que a prática científica e a prática do cidadão caminham associadas, e que mesmo mantendo-se vigilante da neutralidade científica qualquer trabalho científico é dotado de posicionamento político e ideológico. Partindo desse pressuposto vê-se a possibilidade de elucidar, através do olhar acadêmico e de um ponto de vista pessoal, a recente história do Bairro Novo Horizonte analisando a atuação dos diversos atores que participaram do contexto político e histórico de sua criação. Dessa maneira tal pesquisa e reflexão, poderão servir como base de investigação de estudos posteriores sobre a temática, ao mesmo tempo em que constitui uma busca de interesse pessoal e uma contribuição à memória da comunidade local.

1. A EXPERIÊNCIA PESSOAL E O POSICIONAMENTO ACERCA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

O afastamento entre o cientista e seu objeto de estudo é imprescindível na elaboração de um trabalho científico. Isso por que, este exige a adoção de uma objetividade científica que ajuda na proposição de hipóteses possíveis de serem questionadas e testadas, sobrepondo-se à teorias formuladas somente com base em crenças. Mesmo ciente disso, é necessário revelar o que motivou a realização de um estudo sobre o Município de Ponte Nova, do qual o presente pesquisador é gentílico.

Dada à presença de aspectos subjetivos, que se somam aos aspectos objetivos, talvez seja difícil estabelecer uma relação coerente entre essa motivação e a contribuição científica apresentadas. Porém, essa informação dará um maior entendimento do presente estudo em termos do posicionamento adotado frente à organização popular em Ponte Nova-MG.

A idéia de se escrever uma monografia surgiu mais como um esforço de exploração e reflexão diante de um fenômeno, que se mostra digno de investigação, do que pela inspiração de alguém que se propõe a problematizar e relatar parte de sua história de vida. Na verdade a experiência pessoal ao mesmo tempo em que possibilitou uma identificação com o tema proposto, representou uma dificuldade, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um distanciamento em relação às opiniões e valores pessoais. Admitindo esse risco cabe aqui apresentar alguns elementos que influenciaram a realização dessa pesquisa.

A condição de pertencer à uma família de servidores públicos municipais, que sempre esteve de alguma forma envolvida com movimentos de caráter político partidário e de classe, foi sem dúvida crucial à proposição de uma reflexão acerca da organização popular existente na cidade de Ponte Nova no período abordado pela pesquisa. Ainda que isso tenha se dado muito mais na qualidade de expectador, dada à pouca idade do pesquisador e à dificuldade de estabelecer um entendimento das questões que estavam colocadas naquele momento, acredita-se que essas experiências foram internalizadas ao longo da formação educacional a nível escolar, mas, sobretudo domiciliar.

É preciso colocar em destaque ainda o fato de ter vivido no Bairro Novo Horizonte no momento de sua criação, tendo assim vivenciado parte das dificuldades de morar em um bairro periférico e segregado e carente de infra estrutura e serviços urbanos. Esta vivência ainda que no período da infância instaurou uma sensibilidade diante da questão da moradia enquanto uma necessidade salutar, mas principalmente em relação a outros fatores que seriam intrínsecos à criação de bairros como o Novo Horizonte.

Dessa forma instaurou-se no pesquisador um incômodo frente à realidade de uma cidade marcada por uma profunda desigualdade social, e pela permanência de uma estrutura de classes conservadora, que de forma velada tende a atribuir a responsabilidade pela pobreza aos próprios pobres. Portanto, entende-se que a política no Município de Ponte Nova ainda que dotada de novos valores democráticos, instituídos a partir da Constituição de 1988, reflete do ponto de vista do pesquisador uma postura clientelista e paternalista na qual o voto das populações pobres se torna essencial à manutenção do poder.

Os aspectos acima apresentados não se refletem na adoção de um posicionamento político explícito por parte do pesquisador. Entretanto isso não se torna um impedimento à tentativa de elaboração de um trabalho que possui de fato um viés político, mas com a adoção de uma postura científica que permitirá colocar em discussão acontecimentos que ainda que tenham um significado pessoal, também fazem parte da história de Ponte Nova.

2. O CAMINHO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Em razão do esforço em utilizar uma metodologia que fosse a mais adequada possível para a coleta e análise de dados, ao longo da referida pesquisa foram necessárias algumas adaptações na execução do projeto. Admiti-se que a disponibilidade de fontes impressas e orais, em conjunto com o tempo de realização da pesquisa, influenciou no recorte adotado e na diversidade de fontes orais utilizadas.

Antes da elaboração do projeto pensou-se em realizar uma pesquisa exploratória dentro de um recorte temporal que se iniciaria no ano de 1986, quando o mutirão do Bairro Novo Horizonte é lançado, até o ano de 2007, quando a Prefeitura Municipal de Ponte Nova inicia o processo de regularização da área. De maneira geral seria realizada uma análise da evolução histórica do bairro, e uma discussão a respeito da ação dos agentes urbanos e da produção da segregação sócio espacial, deixando a discussão a respeito dos movimentos sociais para estudos posteriores.

Entretanto ao longo da implementação do projeto surgiram questões que contribuíram à mudança da pesquisa em relação a alguns aspectos. Os documentos encontrados no Arquivo Prefeitura Municipal de Ponte Nova se mostraram escassos e de difícil localização, além dos funcionários não terem conhecimento dos mesmos. Por sua vez, o contato com pessoas ligadas ao surgimento do Bairro Novo Horizonte demandaria muito tempo e mais recursos que poderiam comprometer o cumprimento dos prazos previstos para a realização do trabalho.

Em função disso optou-se em redefinir o recorte temporal da pesquisa que passou a ser de 1986 a 1991. Tal decisão baseou-se na disponibilidade de fontes documentais na Prefeitura Municipal de Ponte Nova e da possibilidade de utilizar o semanal Folha de Ponte Nova como fonte secundária.

Dos jornais que circularam de forma contínua no período estudado apenas a Folha de Ponte Nova possui exemplares disponíveis na Biblioteca Pública Municipal. Embora este semanal tenha sido fundado no ano de 1988^a, optou-se pelo seu uso, como fonte secundária, devido a uma maior facilidade de acesso deste em relação aos arquivos particulares existentes.

Admite-se que a limitação no uso dessa fonte reside no fato de que o mesmo poderia apresentar os acontecimentos a partir dos valores e opiniões de seus proprietários, que por sua vez representariam um dos grupos políticos presentes na cidade de Ponte Nova. Isso se confirma no fato de um de seus fundadores ter sido diretor do Partido dos Trabalhadores no

Município o que elucida o fato deste semanal publicar notícias relacionadas à atuação de diversas organizações populares a nível local.

No entanto, acredita-se, que apesar de tal fonte representar um olhar específico sobre o objeto de estudo, este constituiu uma rica fonte de informações dada a visibilidade que os movimentos sociais de Ponte Nova adquiriram através desse meio de comunicação. Torna-se necessário portanto estabelecer o mesmo tipo de análise a partir de outro semanal no intuito de eliminar essa visão unilateral.

Como foi dito anteriormente, além da Folha de Ponte Nova foram utilizadas na elaboração do trabalho outras fontes documentais e orais. A adoção dessa metodologia voltou-se para a elaboração de uma série histórica dos acontecimentos referentes à criação do Bairro Novo Horizonte. Entre as fontes impressas foram coletados documentos junto ao arquivo da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, da Câmara Municipal além de documentos pertencentes a particulares.

Junto aos arquivos públicos existentes na cidade (Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Biblioteca Municipal) foram coletados os seguintes documentos: Lei N.1.176 de 1979 (26 dez. 1979); Lei N.1.372 de 1986 (13 de nov.1986); contrato entre a Hércules Imobiliária e a Prefeitura Municipal de Ponte Nova-MG (01 fev. 1988); laudo de vistoria da coordenadoria de vigilância sanitária e ações sobre o meio (07 nov. 1988); descrição dos lotes do Bairro Novo Horizonte (06 de jan.1989); declaração assinada pelo prefeito José Sette de Barros (25 de out. De 1988); carta ao prefeito Antônio Bartolomeu Barbosa (15 fev. 1989); correspondência assinada por representante da Lisboa Auditores Associados S/C – ao prefeito municipal (02 de março de 1989); edições do Jornal “Folha de Ponte Nova” de 1988 a 1991 (Ano I, II e III).

Entre particulares obtiveram-se documentos junto à ex-funcionário da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) e ex-moradores do Bairro Novo Horizonte, os quais contribuíram no entendimento de aspectos referentes à implantação do mutirão e ao funcionamento da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Novo Horizonte. Entre esses documentos citam-se recortes do Jornal “O Município”; fotos do Lançamento do Programa Mutirão Habitacional Ponte Nova do ano de 1986; modelo do formulário de Participação no Programa Nacional de Mutirões Habitacionais e o Estatuto da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Novo Horizonte.

Embora os documentos listados acima tenham fornecido um bom número de informações, o resgate histórico foi complementado com a realização de entrevistas com algumas pessoas que estiveram de alguma envolvidas na concepção do mutirão do Bairro Novo Horizonte. A principal pauta de discussão desses depoimentos voltou-se de maneira

geral a contexto de construção das casas populares do Bairro Novo Horizonte, embora os diálogos entre os entrevistados e o pesquisador tenham se dado de maneira informal, com a posterior sistematização das informações em relatórios de campo.

Por uma questão de ética científica as pessoas entrevistadas estão identificadas aqui somente pela função que exerceram. Durante a pesquisa houve contato com: ex-presidente da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Novo Horizonte; ex-funcionário da SEAC/SEPLAN; ex-morador do Bairro Novo Horizonte; ex-funcionário da Hércules Imobiliária; engenheiro civil autor do projeto do Bairro Novo Horizonte; ex-diretor da Hércules Imobiliária; ex-funcionário da SETAS/CEAPS e servidor público municipal da Prefeitura Municipal de Ponte Nova.

Foram realizadas ainda entrevistas semi estruturadas junto a uma amostra não probabilística de 21 pessoas moradores do Bairro Novo Horizonte com o intuito de melhor conhecer a realidade do Bairro a partir da visão de seus moradores e de perceber como estes se relacionam no Bairro e com o restante da cidade. Para a realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema acredita-se que deverá ser realizado um maior número de entrevistas e uma busca de mais documentos, principalmente jornais, no sentido de diversificar as fontes de informação tanto do ponto de vista quantitativo quanto no sentido de estabelecer uma classificação e agrupamento das opiniões a respeito do objeto de estudo.

3. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS HABITACIONAIS DE 1985 A 1990

O presente capítulo trata de maneira geral, das políticas habitacionais do governo federal abordando, especificamente o período de redemocratização de 1985 a 1989. Apoiando-se em alguns referenciais teóricos serão descritos os principais aspectos da política habitacional brasileira, ressaltando a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), e sua atribuição de conduzir os programas habitacionais ligados à Caixa Econômica Federal, além de aspectos referentes à implantação de outros programas, como o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais.

3.1 O processo de urbanização brasileiro e a questão da habitação: alguns posicionamentos

Ao tratar da questão da habitação Maricato (1982), argumenta que o Estado não tem interesse em investir na produção de casas para a classe trabalhadora por que esta não tem condições financeiras, devido ao baixo poder aquisitivo, de pagar pelos serviços relacionados à habitação e à infra estrutura urbana. O Estado resolve então investir em setores mais dinâmicos economicamente em detrimento da reprodução da força de trabalho, visando uma reprodução garantida do capital. Nesse caso, o problema da produção da habitação, se dá por uma questão de má distribuição de renda, fator que favorece a indústria em geral, uma vez que o salário pago aos trabalhadores não inclui os custos com a moradia.

A partir dessa lógica se explica a atuação do Banco Nacional de Habitação durante o regime militar (1964 – 1985) enquanto captador de recursos que mobilizaram a indústria, de construção civil e materiais de construção, financiando empreendimentos imobiliários, que excluíram grande parte da população do acesso dos recursos investidos, em infra estrutura urbana e na construção de moradias, nas cidades brasileiras.

De acordo com Botega (2007), a análise do processo de urbanização brasileiro e das políticas de habitação instituídas pelo Estado no período de 1930 até o governo de Fernando Collor de Mello, revela que a política urbana e habitacional esteve fortemente subordinada à reprodução das relações capitalistas de produção. Nesse sentido, a ação do Estado neste setor supria a necessidade de superar o problema da falta de moradias, uma vez que o processo de

urbanização no Brasil, relaciona-se ao caráter de capitalismo dependente, presente na formação econômica e social brasileira. Portanto, as políticas de habitação desse período estão marcadas pela permanência da concentração da propriedade da terra e da renda, no contexto de substituição do modelo de desenvolvimento agrário-exportador pelo modelo urbano-industrial.

Portanto, ao analisar os problemas sociais na década de 80 percebe-se que este período se caracteriza por um aprofundamento da desigualdade econômica e da restrição dos gastos públicos com as políticas sociais, entre as quais se enquadra a política habitacional. Segundo Moysés (1991) no período 1986/1987, assiste-se a um “boom” da especulação imobiliária que se deu devido à escassez de moradias e conseqüentemente à elevação do preço dos aluguéis, Nesse contexto podem ser elencados fatores como o crescimento populacional, os processos migratórios e o empobrecimento da população urbana, como responsáveis pela carência de oferta da moradia popular.

A partir disso, dentre as principais características do desenvolvimento da urbanização no Brasil, descritas por Botega (2007), destaca-se o papel do Estado na produção e reestruturação do espaço urbano e, mais especificamente, na solução de problemas ligados ao déficit habitacional, criado tanto pelo aumento da população urbana como pela má distribuição da renda. Com relação à política habitacional cabe assinalar que nesse contexto dá-se a concomitante criação do Sistema Financeiro Habitacional e do Banco Nacional de Habitação, que desde o início ilustra a centralização de recursos do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e o favorecimento do mercado imobiliário.

Isto mostra que a política habitacional brasileira se voltou para a obtenção de lucros pelo capital imobiliário, dificultando o acesso das classes populares à moradia. Essa lógica, está assentada na atuação do Estado e do mercado imobiliário já que estes priorizaram o atendimento de uma demanda por moradias que resultasse um retorno financeiro, levando ao agravamento do fenômeno da segregação urbana e da carência de moradias.

Neste aspecto, ao discutir a ação dos programas governamentais ligados à habitação, Bolaffi (1981) aponta que a criação de órgãos como o Banco Nacional da Habitação (BNH), as Cooperativas de Habitação (COHAB's) e mecanismos de acumulação como o FGTS, serviriam para viabilizar a acumulação capitalista, via produção de habitações, ampliando assim seu acesso. Entretanto, a maior parte dos investimentos foi direcionada para planos de desenvolvimento urbano e não diretamente à produção de habitações. Assim, o Banco Nacional da Habitação foi criado para atender muito mais aos requisitos políticos, econômicos e monetários dos Governos, sobretudo no período conhecido como o milagre econômico brasileiro, do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação, pois os

capitais postos à disposição, serviram para estimular certos setores estratégicos da economia e para beneficiando as classes de alta renda.

Ao fazer uma análise da política habitacional brasileira, e da sua postura frente ao problema da habitação, Oliveira (2006), considera a institucionalização desta através do BNH, representava a adoção de estratégias de geração de empregos e de legitimação do regime militar, tendo a produção da moradia como elemento de suporte e não uma solução de fato do problema da habitação.

Portanto, o Banco Nacional da Habitação e o Sistema Financeiro Nacional se tornaram instrumentos da combinação de interesses políticos arcaicos e clientelistas, que dirigiram suas ações para os investimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.¹

Em seu artigo intitulado “Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências” Azevedo (2007), faz um balanço da recente política habitacional e aponta algumas tendências e desafios para o início do século XXI. O autor considera que a legislação urbana ao estabelecer uma hierarquização espacial através das formas de apropriação e utilização do espaço urbano agravou as condições sociais dos mais pobres, uma vez que desvalorizou as áreas que não eram reguladas pelo Estado.

Por outro lado aponta que os programas de habitação por si só não são a solução ideal à melhoria das condições de moradia da população de baixa renda uma vez que, a questão da moradia não é independente de outras questões urbanas, como as relacionadas com o transporte, energia elétrica, saneamento básico etc. Assim, no contexto das metrópoles brasileiras, os programas de regularização fundiária relacionados a melhorias urbanas, são instrumentos de política habitacional, na luta de moradores de favelas e bairros clandestinos na busca pela integração socioeconômica.

3.2 A política habitacional nos governos pós ditadura militar

Segundo a opinião de Santos (1999), as políticas habitacionais que se seguiram ao regime militar revelam a crise do modelo de política habitacional que tinha por base o

¹Na Conferência Nacional de Habitação (1996) foi apontado ainda, que tanto o BNH quanto o SFH contribuíram na consolidação da promoção privada de apartamentos nas principais cidades brasileiras, entre 1968 até meados dos anos 80. Desse modo entende-se que as políticas urbanas desse período estiveram voltadas muito mais para sustentar as necessidades produtivas do capital e os anseios de consumo das camadas privilegiadas, omitindo-se completamente diante da imensa demanda por moradias populares resultante do crescimento populacional.

Sistema Financeiro de Habitação. Essa crise se reflete na ausência de um diagnóstico claro sobre a questão habitacional, e nas freqüentes mudanças do arranjo institucional no setor.

Durante os governos Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992), os problemas do SFH se agravaram e impediram qualquer tentativa de retomada da política habitacional nos moldes anteriores. Isso por que, a lógica vigente no SFH era de que as políticas habitacionais poderiam ser feitas por meio de um sistema capaz de se auto financiar liberando os recursos do poder público, para outros fins. Porém, com o fim do regime militar essa política foi abandonada fazendo com que surgissem outros programas habitacionais que foram fomentados com os recursos do orçamento e do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

Ao analisar a relação entre o discurso e as práticas presentes nas políticas habitacionais do período pós ditadura militar, Azevedo (2007), descreve as principais ações e programas relacionados à questão habitacional implantados no Governo Sarney e que permaneceram até o final da primeira administração do Governo Fernando Henrique Cardoso. Nessa análise ele destaca a postura desses governos no que diz respeito às inovações e permanência de determinadas estratégias de financiamento e produção de moradias populares.

Enquanto primeiro governo civil pós 1964, Azevedo (2007), considera que durante o governo de José Sarney adotou-se um discurso de renovação e de ênfase na política urbana, com a tomada de algumas atitudes importantes como a criação em 1985 do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU). Destacou-se ainda formação de comissões dotadas de alto nível técnico para discutir a política urbana em geral e a política habitacional em particular. Entretanto, esta gestão adotou uma série de medidas que prejudicou o desenvolvimento da área habitacional, como a concessão de um elevado subsídio para os mutuários do sistema em 1985, em resposta à ação dos movimentos de mutuários ²e do aumento da inadimplência do sistema. No início de 1985 o setor habitacional apresentava problemas graves tais como um baixo desempenho social, alto nível de inadimplência, baixa liquidez do sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e a expectativa de

²O movimento dos mutuários do BNH surge no ano de 1984 em razão da crise dos anos 80, que se configurou na ocorrência de altos índices de inflação, na defasagem dos salários e no crescente desemprego. Esta crise por sua vez, impossibilitou esses compradores, formados exclusivamente pela classe média, de pagarem o reajuste de suas prestações dos planos de casa própria. O fato dessa crise de desemprego ter atingido a classe média, provocou uma desorganização social. Isso por que até então a classe média tinha sido beneficiada com as políticas do regime militar. Porém nos anos 80 representam uma alteração desse cenário, a partir do qual as políticas públicas passarão a privilegiar as classes populares, diante da preocupação dos políticos com o voto popular tão necessário à legitimação de suas ascensões e permanência no poder em um momento em que a democracia estava sendo restabelecida no país. (GOHN 2008, p.134 135)

que as novas autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem a penalização dos mutuários.³

No Governo Collor (1990-1992) a alocação de unidades habitacionais continuou a ser feita por critérios aleatórios não respeitando a distribuição estabelecida pelo Conselho Curador do FGTS, através da Resolução 25 de 26/10/1990⁴ e baseando-se, no caso dos programas alternativos, na autoconstrução. Além disso, a construção de unidades convencionais continuou a privilegiar os setores populares de renda elevada embora o discurso adotado fosse de privilegiar setores de baixa renda. O Plano de Ação Imediata para a Habitação (Paih) criada com o objetivo de financiar 245 mil habitações em 180 dias para atender famílias com renda média de até cinco salários mínimos, além de não ter conseguido cumprir várias de suas metas, não se propôs a discutir o Sistema Financeiro Habitacional.

Após o Impeachment de Collor ocorrido em 29 de setembro de 1992, houve uma mudança nos programas habitacionais, uma vez que estes visavam atender à construção de casas populares às classes de baixa renda. Programas como o Habitar Brasil (199?) e o Morar Município (199?) representaram um avanço ao proporem a formação de Conselhos⁵ que seriam capazes de gerir a política habitacional. Estes seriam formados por membros indicados pelo governo e representantes da sociedade civil, estabelecendo a criação de fundos específicos que permitiriam, pelo menos em princípio, verbas constantes e pontuais para a produção de habitações populares, além de evitarem possíveis desvios dos recursos repassados pela União.

No ano de 1992 é constituído o Fórum Nacional da Habitação, envolvendo inúmeras instituições da sociedade civil e órgãos públicos que estavam ligados à questão habitacional (Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação, construtores e setor popular organizado). O ponto em comum era a criação de um Conselho Nacional de Habitação, com a função de gerir a política habitacional, e de um fundo para garantir o financiamento do setor. A preocupação era de que a política habitacional não dependesse exclusivamente de um órgão governamental, abrindo possibilidades à participação da sociedade civil.

De acordo com Azevedo (2007), durante a primeira administração de Henrique Cardoso, iniciada no ano de 1995, a questão habitacional passou a ser discutida de uma forma

³Como um dos efeitos positivos do reajuste das mensalidades dos mutuários, houve o fim das mobilizações e dos movimentos regionais e nacionais. Entretanto, a concessão desse subsídio contribuiu para o agravamento no déficit do Sistema Financeiro Habitacional, aliado ao fato deste ter beneficiado somente a famílias de renda média e alta (AZEVEDO 2007, p.15).

⁴Essa resolução tinha por objetivo fixar diretrizes e critérios que deveriam orientar o Orçamento Plurianual do FGTS para o período 1991/95 e o Plano de Contratações e Metas Físicas para 1991.

⁵Embora Azevedo (2007), não deixe claro a existência de outros fatores que motivaram a proposição de Conselhos, acredita-se que estes iam além da questão do controle da execução desses programas habitacionais, constituindo uma etapa de um processo cujo ponto final seria a autonomia da gestão municipal na concepção de diretrizes e aplicação de recursos ao setor habitacional.

mais integrada à política urbana e à política de saneamento ambiental. Buscava-se, além disso, uma política fundiária urbana que desestimulasse a formação de estoques de terras para fins especulativos. O programa habitacional da primeira administração dessa gestão pretendia reforçar o papel dos municípios como promotores da habitação popular, incentivando a adoção de linhas de ação diversificadas, voltadas para a urbanização de favelas e recuperação de áreas degradadas.

Houve ainda a apresentação de diretrizes com o propósito de apoiar programas geradores de tecnologia simplificada, que possibilitassem a construção de moradias de qualidade com redução dos custos. Assim privilegiou-se as formas associativas e cooperativas de produção de habitações e o incentivo a programas de assistência técnica aos órgãos, entidades e organizações comunitárias, que estivessem comprometidas com soluções locais e integradas de interesse social.

Para o autor o desempenho da política de habitação popular do governo entre 1996 e 2000 ficou aquém do que era esperado dos programas⁶ apesar desse manifestar um maior apoio às políticas habitacionais populares. Nesse sentido ressalta-se a Programa de Financiamento à Produção e ao Crédito Individual⁷, que era voltado para apoiar a indústria da construção civil na produção de projetos habitacionais destinados à parcela da população de renda média e alta.

No ano de 1997 foi criado o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) através da Lei Federal 9.512/97, que tinha o objetivo de realizar financiamento aos programas habitacionais por meio de recursos da caderneta de poupança e do FGTS. Assim, esse sistema tinha o intuito de atrair não só capitais internacionais como também recursos dos fundos de pensão, uma vez que caberia ao comprador arcar diretamente com parte dos custos do imóvel. Além disso, criava-se a possibilidade de rápida retomada do imóvel em caso de inadimplência e a regulação, via instituição de prazos, cobranças de taxa de juros e comprometimento máximo de renda familiar com as prestações. Considerando que a conjuntura era de juros altos, este segundo Azevedo (2007), é um sistema que somente pôde ser utilizado para setores de renda mais alta, o que lhe impediu atingir uma clientela mais ampla, fazendo com que ele não tenha se tornado o substituto do Sistema Financeiro Habitacional.

⁶Os programas Pró-Moradia e Morar Melhor/Habitar Brasil. Brasil, eram voltados para o poder público (estados e municípios) e financiados, respectivamente, com recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União. Seus principais objetivos seriam a urbanização de áreas degradadas para fins habitacionais, a regularização fundiária e a produção de lotes urbanizados. (AZEVEDO 2007, p.24)

⁷“Trata-se de programa praticamente similar ao que foi hegemônico durante o período BNH para os setores de maior renda, exceto no que respeita ao financiamento que, além dos recursos das cadernetas de poupança, abre a possibilidade de outras fontes complementares (Companhias Hipotecárias e Fundos de Investimento Imobiliário).” (AZEVEDO 2007, p.24)

A discussão realizada a respeito da política habitacional do período de redemocratização revela um distanciamento, entre o que era proposto nos programas direcionados à construção de moradias e sua execução. Em primeiro lugar a maneira como as políticas habitacionais foram conduzidas denunciam ainda a falta de transparência e de democratização da gestão urbana, e mostram principalmente o enfrentamento do problema da moradia popular muito mais no campo da retórica do que no investimento em setores que fossem complementares ao setor habitacional.

No contexto a partir de 1985, a crise econômica e as medidas adotadas para a sua superação atingem inclusive a classe média, que de certa forma foi beneficiada pelo crescimento econômico do regime militar (1964–1984). A classe popular por sua vez, também começa a se manifestar em busca da satisfação de suas demandas e da superação de uma profunda desigualdade social, que tem como uma de suas facetas o acesso à moradia e à cidade de maneira geral.

A postura desses grupos perante a crise econômica e aos efeitos negativos da política neoliberal adotada pelo Estado, a partir dos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, exigiu dos políticos a apresentação de soluções para os graves problemas econômicos e sociais ainda que de maneira retórica. A questão é que a partir de 1985 instaura-se um novo momento no país, marcado pela eleição de um governo civil após 20 anos sob o domínio militar, e a criação de uma nova Constituição Federal em 1988. A democracia ganha espaço novamente no cenário urbano brasileiro, em um contexto onde os movimentos sociais adquirem uma maior dimensão e visibilidade, fazendo com que a participação da sociedade na gestão das cidades, se torne algo cada vez maior. Portanto é nesse cenário que se fortalece o Movimento da Reforma Urbana que assume um novo significado e papel na luta pela melhoria da cidade não mais do ponto de vista de um ideal urbanístico mas sim do ponto de vista de uma participação mais efetiva da sociedade, sobretudo dos setores mais populares, em sua gestão.

3.2.1 A crise no setor habitacional e a instituição da Caixa Econômica Federal

A crise da política habitacional no contexto do Governo José Sarney levou a extinção do Banco Nacional da Habitação (Decreto nº. 2.291, de 21 de Novembro de 1986) sendo este incorporado à Caixa Econômica Federal. Segundo Santos (1999), essa mudança institucional

representava uma perda, pois a CEF não possuía nenhuma tradição na gestão de programas habitacionais, ao contrário do BNH que foi estruturado para solucionar o problema habitacional.

Segundo Azevedo (2007), a extinção do Banco Nacional de Habitação e a incorporação de suas atividades à Caixa Econômica Federal, por sua vez, revelou a falta de uma proposta clara para o setor habitacional. A partir dessa ação, a questão urbana e a questão habitacional passariam a depender de uma instituição onde esses temas seriam discutidos de forma setorial. Isso por que mesmo que possuísse uma vocação social, a CEF haveria de seguir alguns paradigmas institucionais próprios de um banco comercial, como a busca de equilíbrio financeiro e o retorno do capital aplicado, o que acabaria dificultando a dinamização de programas alternativos voltados para setores de menor renda, que exigiam um grande volume de subsídios, envolvimento institucional e desenvolvimento de pesquisas.

3.2.2 O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais no Governo Sarney

Os programas implantados a partir do governo José Sarney se destacaram pelo fato de atenderem ao mesmo segmento social do SFH, ou seja, as populações com renda inferior a três salários mínimos, porém ofereciam unidades habitacionais em condições muito mais favoráveis do que este último, no que diz respeito ao atendimento das classes populares, uma vez que recebiam grandes subsídios dados pelo governo. Portanto, os investimentos realizados nesses programas alternativos tiveram o mérito de focalizar uma faixa de renda que vinha sendo negligenciada, porém estes foram alvos de todo tipo de má utilização de recursos, o que contribuiu, por exemplo, para enfraquecer as COHABS aumentando a centralização da política habitacional.

Como conseqüências negativas da transformação das COHABS de agentes promotores a órgãos assessores, e da obrigatoriedade dos mutuários finais de assumirem os custos totais dos terrenos e da urbanização, Azevedo (2007) destaca a diminuição do poder das companhias habitacionais, a elevação da exigência da renda dos mutuários dos programas tradicionais para cinco salários mínimos, e a aceleração de programas alternativos.

Um dos programas realizado durante a gestão de Sarney destaca-se o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais da Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (SEAC) que funcionava com verba do Orçamento Geral da União e visava atender famílias de renda

mensal inferior a três salários mínimos. Do ponto de vista institucional previa-se o estabelecimento de convênio entre SEAC, a instituição conveniada, que poderia ser a prefeitura ou um órgão do governo estadual, e a sociedade comunitária habitacional formada pelos participantes de cada projeto.

Para Santos (1999) a crise financeira e institucional, existente no governo de José Sarney, não impediu que algumas ações fossem tomadas na área habitacional. Estas se destacaram por basearem-se no fortalecimento dos programas alternativos do SFH, e não em modificações no sistema propriamente dito, apresentando um desempenho bem superior ao sistema convencional. Entre esses programas, merece destaque o Programa Nacional de Mutirões Comunitários que possuía um grande aporte de recursos orçamentários e propunha-se a financiar cerca de 550 mil unidades habitacionais. Porém, em razão da inexistência de uma política de alocação desses recursos, esse programa facilitou a prática do clientelismo e o tráfico de influência o fazendo com que apenas um terço das unidades financiadas tenha sido construída.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ORGANIZAÇÃO POPULAR E POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA-MG

Este capítulo faz uma reflexão sobre os movimentos sociais no Brasil, articulando tal contexto ao movimento e fortalecimento da organização popular na cidade de Ponte Nova – MG no período de 1985 a 1991. Verificou-se que esta refletia movimentos sociais urbanos presentes no contexto nacional. Como a moradia se configura como uma das reivindicações existentes nesse contexto, reflete-se sobre o papel desses grupos na constituição das relações de poder entre governo e lideranças a nível municipal, e também nas políticas de planejamento urbano e assistência social, no qual se insere a construção das casas populares do Bairro Novo Horizonte.

Além disso, discuti-se como a questão da moradia apareceu no discurso de alguns grupos organizados da comunidade pontenovense, tendo como exemplo as Associações de Moradores e os Clubes de Mães.⁸ Acredita-se que os mesmos pressionavam a administração municipal, fazendo com que o poder público pontuasse a necessidade ou melhoria dos serviços e equipamentos urbanos nos bairros, tendo em vista que estes se mostravam tão necessários quanto o acesso à casa própria.

Na busca por um referencial teórico que abordasse a temática dos movimentos sociais no Brasil, utilizou-se para reflexão sobre os movimentos sociais o livro de Maria da Glória Gohn: *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. A referida obra constitui um resgate das ações empreendidas por diferentes classes e categorias sociais em luta pela conquista de seus direitos ou bens e equipamentos considerados como necessários, ou ainda ações contra injustiça social, discriminações ou atentados contra a dignidade humana.^b

De acordo com Gohn (2008), do ponto de vista dos movimentos sociais, o período de 1982 a 1995 é considerado como de intensa movimentação social, em razão da conjuntura política nacional. Essa movimentação social por sua vez, é ampliada pela dimensão dos problemas sociais, pelo aumento do contingente populacional do país e pela facilidade de

⁸Neste trabalho considera-se como movimentos sociais presentes na cidade de Ponte Nova grupos que se organizaram em torno de algumas demandas constituindo entidades civis. A escolha dessas entidades como unidade de análise da ação movimentos sociais, ocorreu em razão da maior visibilidade dessas junto ao semanal *Folha de Ponte Nova*, o que demonstra a movimentação que existia na época. Entretanto, é preciso destacar que havia uma série de outras entidades como a Associação de Mulheres, a Pastoral Operária e outras ligadas às organizações sindicais e profissionais. Além disso, se verifica nesses movimentos locais uma forte participação feminina presente inclusive na organização do mutirão do Bairro Novo Horizonte.

divulgação e reprodução das ações coletivas, através dos meios de comunicação de massas como as emissoras de TV.

Considerada por Gohn (2008), como um momento extremamente rico do ponto de vista das experiências político-sociais, a década de 80 é marcada pelo surgimento das Centrais Sindicais, como a CUT e a Força Sindical, e o fortalecimento de inúmeros movimentos sociais em todo o território nacional. Estes abrangiam diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creches etc. Em razão dessa intensa movimentação, esse período é considerado pela autora fundamental para a construção da cidadania dos pobres no Brasil.

Ao tratar da evolução da construção dessa cidadania no Brasil, Gohn (2008), em um primeiro momento estabelece uma relação entre cidadania individual e a cidadania coletiva na contemporaneidade. A cidadania individual pressupõe a liberdade e a autonomia dos indivíduos num sistema de mercado, em um livre jogo de competição, onde todos sejam respeitados e tenham garantias mínimas para a manifestação de suas opiniões, através do voto e da auto realização de suas potencialidades. A cidadania individual por sua vez, pressupõe a atuação do Estado e do poder público, enquanto um ente mediador que atue como árbitro na sociedade e reponha, sempre que se fizer necessário, o lugar dos indivíduos no conjunto social.

Segundo Gohn (2008), se na busca pela cidadania individual, o que se destaca é a dimensão civil da luta pelos direitos civis e políticos, na cidadania coletiva se privilegia a dimensão sociocultural, onde os direitos são buscados sob a forma da concessão de bens e serviços, e não apenas a inscrição desses direitos em lei. A cidadania coletiva reivindica o que a autora chama de espaços sociopolíticos, que são garantidos sem que para isto os indivíduos tenham de se homogeneizar e perder a sua identidade cultural.

Pode-se afirmar que o processo de construção da cidadania no Brasil se caracteriza por avanços e recuos, fluxos e refluxos, com a ocorrência de perdas, retrocessos e supressão de direitos básicos, sobretudo nos períodos dos golpes de Estado, nos estados de sítio e no período da ditadura militar. Estes ocorreram no contexto brasileiro nos séculos XX durante o governo de Getúlio Vargas e no regime militar (1964-1984).

No período populista dos anos 1930, o exercício dos direitos civis e sociais se dava por meio da pressão organizada e da troca do voto por melhorias coletivas necessárias à sobrevivência das camadas populares. Nesse contexto surgiram as Sociedades Amigos de Bairros, que se constituíam em espaços para a emergência de organizações populares, que tiveram o papel de politizar as populações envolvidas.

Dentre os diversos movimentos sociais mapeados por Gohn (2008), destacam-se aqui as Associações de Bairros nas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo no ano de 1942 e o ressurgimento do movimento de reforma urbana nos anos 80. Os movimentos de associações de moradores tiveram início nas primeiras décadas do século XX, por meio das Ligas de Bairros, se fortalecendo a partir dos anos 1930 e disseminando-se a partir dos anos 40. Destacam-se como exemplos a Sociedade de Amigos da Cidade, criada na década de 1930 que foi inspirada no modelo argentino e a Sociedade de Amigos de Bairros de São Bernardo do Campo, fundada em 1942, sendo que esta última foi responsável por grande parte da urbanização na cidade nas décadas de 1940 e 1950.

Tendo iniciado nos anos 60, e retomado na década de 1980 por ocasião do surgimento das primeiras ocupações de terras urbanas, o movimento de reforma urbana reaparece em 1988 com a exigência, ao nível da Constituição, da promulgação de uma nova Lei de Desenvolvimento Urbano. A diferença é que nesse contexto, os movimentos de luta pela moradia se organizaram e realizaram congressos, articulando-se em assessorias próprias e contratadas, como ocorreu com algumas ONGS que passaram a elaborar as novas propostas.

Como retornos da ação desses movimentos sociais urbanos foram implantadas uma série de mudanças como a utilização do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do Trabalhador) o Programa FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal). A busca e defesa dos interesses populares nesse momento passou para outro patamar, pois, a fase de pressão nos anos 70 e a negociação de pequenas empreitadas foram substituídas a partir dos anos 80, pela fase da elaboração de propostas de lei, que se consolidaram na década de 1990.

Os novos direitos conquistados a partir dos movimentos sociais da década de 1970 a 1980 são produtos da articulação entre a democracia institucional e representativa e a democracia direta, existentes nas bases dos movimentos sociais, que se instauraram entre as camadas médias com fortalecimento dos grupos populares. Estes se caracterizam por incorporarem novas partes que superaram as formas tradicionais de fazer política, através da organização em partidos e sindicatos. As ações coletivas presentes no Brasil nesse período foram motivadas, sobretudo, pelo desejo de redemocratização do país, pela crença na participação popular, da democratização dos órgãos, das causas públicas e pela vontade de se construir algo a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e de grupos coletivos.

De acordo com Gohn (2008), o novo paradigma da ação social que se instaura a partir desse momento não se caracteriza pela mudança em suas demandas e reivindicações, mas sim na redefinição da idéia de comunidade que passa agora a se relacionar não somente a um

locus geográfico espacial, mas como categoria capaz de intervir na realidade, abandonando a postura de esperar a ação do Estado, e criticá-lo pelo não cumprimento ou omissão. As ações coletivas dos movimentos sociais passam também a resgatar valores como os dos direitos humanos, da cidadania, da liberdade de expressão, e da autonomia a partir de diferentes matrizes epistemológicas muitas vezes divergentes.

Um aspecto das demandas dos movimentos dos anos de 1970 e 1980 diz respeito à articulação entre os valores morais e as carências econômicas, o que se fortalece nos anos de 1990 com o crescimento de movimentos no plano da moral, em detrimento do plano político ideológico. Fortalecem-se nesse momento movimentos ligados a valores cívicos e morais como o Movimento pela Ética na Política e o movimento Ação da Cidadania. Assim passou-se a reivindicar não somente bens em falta, porque seriam direitos sociais, mas também se passa a exigir a sua qualidade e compatibilidade com dignidade.

É importante ressaltar que a substituição da pauta dos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 1990 é influenciado pela ocorrência de causas internas que levaram à sua redefinição como o clima de competição, disputas internas, as divergências político-ideológicas presentes no interior desses movimentos, e o desrespeito à diversidade cultural das bases que os constituíam. A conjunção dessas causas, junto com a insatisfação social gerada pelas políticas neoliberais, contribuiu para que a sociedade civil descreditasse da política e das ações do Estado, e, por conseguinte nos movimentos sociais e ações sindicais com caráter político partidário.

Dessa forma, os movimentos sociais populares na década de 1980, que possuíam esse caráter político partidário, entram em crise, dando lugar a movimentos sociais centrados em questões éticas ou de revalorização da vida humana. O eixo das reivindicações desloca-se do plano econômico, em termos de infra-estrutura básica para o consumo coletivo. Do suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual, em termos de comida. O plano da moral ganha o lugar central como eixo articulador das lutas sociais, e com isso os movimentos dão lugar a lutas cívicas, onde se verificam articulações difusas em termos de classes sociais, interesses locais e nacionais, espaços públicos e privados. Enfim, as mobilizações coletivas dos anos 1990 assumem muito mais a configuração de Campanhas, do que de movimentos sociais, utilizando-se da imagem e do carisma de suas lideranças.

Nesse mesmo cenário, há o crescimento das ONGS e das políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente no âmbito do poder local. Aparecem novas orientações voltadas para desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do mesmo para as “comunidades”,

que intermediadas pela ação das ONGS, se organizam em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e com a iniciativa privada.

Reafirma-se a idéia de que a década de 1980 no Brasil se caracteriza pela diversidade em relação à organização popular, mas também por representar um momento de transição política, econômica e social que se traduzem em uma mudança em relação às ideologias que passam a servir de base aos movimentos sociais. O exercício da cidadania coletiva passa a ser pautado na aquisição de direitos individuais e em projetos políticos voltados não mais a mudanças estruturais da sociedade, mas sim ao debate de temas dotados de um caráter social.

Neste cenário política e social o período de 1985 a 1991 é apreendido como um momento no qual se processavam uma série de mudanças no plano político no Município de Ponte Nova, que situam nas mudanças relacionadas ao cenário nacional, notadamente pelo processo de redemocratização e crise econômica pelo qual o país passava naquele momento. Portanto articuladas à promulgação da nova Constituição em 1988 Ponte Nova participava também dos debates que se travaram durante a implantação da Assembléia Constituinte e a formulação da Lei Orgânica do Município⁹ (Ver Anexo E). Por outro lado destaca-se o fato de que o município passava por uma transição política conturbada e marcada por inúmeros conflitos políticos, denúncias de corrupção e mau uso de recursos pela administração, que à época era representada pelo prefeito José Sette de Barros (PMDB).^c

Por sua vez, a administração que o sucede, representada pelo empresário Antônio Bartolomeu Barbosa (PFL), encontra um cenário caracterizado pelas mudanças na política e na forma de gestão urbana, como a criação do Plano Diretor e dos Conselhos Comunitários. Ou seja tal cenário é decorrente de mudanças sugeridas pela redemocratização que eram acompanhadas de uma organização popular traduzida na presença de entidades locais, que atuavam no cenário local a partir de uma articulação junto às suas respectivas instâncias a nível nacional.^d

Nesse sentido a organização popular em Ponte Nova refletia essa efervescência dos movimentos sociais e de certo modo se constituía como resposta à conjuntura nacional. Assim, identificando a ação desses movimentos a nível local percebeu-se que os mesmos eram diversos e que a forma de articulação entre essas entidades e o poder público local, adquiriu uma configuração peculiar, dado o próprio cenário político e econômico que se apresentava naquele momento. Essa diversidade pode ser constatada pelas características das

⁹“Ponte Nova vivia também o clima da Constituinte. Havia passado um momento importante da vida nacional. Deputados e senadores prepararam uma nova Constituição Federal, mais moderna, ditando os avanços sociais e atendendo às aspirações do povo brasileiro. (...) Na cidade eram realizadas audiências Públicas Municipais, nas quais se faziam representar todos os segmentos da sociedade. Durante essas audiências eram preparados pareceres e sugestões para serem apresentadas aos vereadores, que elaborariam a Lei Orgânica do Município.” (RIBEIRO FILHO 1996, p.274).

entidades que atuavam em Ponte Nova, como as Associações de Bairro, os Clubes de Mães e sindicatos de diversas categorias que estavam organizados naquele momento.

4.1. A Pastoral Operária e a autonomia dos movimentos populares em Ponte Nova-MG

Como sugestão à uma maior investigação acerca do posicionamento político adotado por alguns setores da Igreja Católica no Brasil, coloca-se em evidência algumas informações a respeito da atuação da Pastoral Operária no Município de Ponte Nova. A partir da divulgação pela Folha de Ponte Nova de algumas ações em conjunto com a Secretaria do Trabalho e Assistência Social/Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social (SETAS/CEAPS), foi possível identificar a existência dessa entidade. Dentre outros acontecimentos destaca-se o fato da Pastoral Operária ter trabalhado em conjunto com a SETAS/CEAPS na organização de Frentes de Trabalho do Bairro São Pedro e assessorando os mutirantes do Bairro Novo Horizonte em Assembléias do Conselho Comunitário e na organização do mutirão.

Ao realizar a catalogação de reportagens sobre o Bairro encontrou-se uma reportagem que traz algumas informações interessantes que poderiam servir ao menos como fonte de discussão preliminar. O conteúdo da reportagem faz uma provocação à idéia de que os movimentos populares locais em Ponte Nova apresentavam de fato uma relação de dependência em relação aos grupos políticos, já que havia o questionamento e a preocupação de dirigentes de fora da cidade, com o fortalecimento da autonomia das associações e sindicatos locais, e ao combate ao peleguismo. O trabalho que era sugerido à Pastoral Operária se aproxima da idéia de autonomia das entidades, levantada pelo ex-funcionário da SETAS/CEAPS (Anexo E). No entanto, o discurso presente na reportagem demonstra um caráter de militância talvez mais nítido em relação ao do relato do funcionário da SETAS/CEAPS. Entretanto não se dispõe de informações que dêem condições de dimensionar o papel dessa entidade e o trabalho que era realizado principalmente em relação ao mutirão do Bairro Novo Horizonte.

4.2. Associações de Bairros: possibilidades ao surgimento de novas lideranças, ou extensão do Poder Legislativo?

As Associações dos Moradores e Amigos de Bairro ou Associações dos Moradores inserem-se no contexto da política pontenovense, representando um papel no município que remete à idéia do exercício da democracia de forma direta, já que se processa pela presença dos moradores nos debates referentes à gestão da cidade, frente à sua organização e representação das comunidades junto ao Poder Executivo. No entanto, a autonomia dessas entidades se torna questionável desde o momento em que surgem, tendo em vista que a criação delas ocorreu, segundo relato de funcionário da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, como uma estratégia de cooptação do prefeito José Sette de Barros (1983-1988/PMDB), que visava “fazer política” nos bairros.

Nesse aspecto coloca-se em discussão se a Associação de Bairro favoreceu o exercício da gestão democrática em Ponte Nova, revelando uma possibilidade à consolidação no contexto político local de novas lideranças políticas, ou se estas estariam sujeitas à manipulação de acordo com o interesse dos grupos partidários que atuavam naquele momento no cenário urbano. Assim, em alguns casos, sugere-se que as eleições de bairro demonstram que o poder da comunidade através do voto e escolha de representantes da própria comunidade, seria o primeiro passo dos pobres para a conquista de seus direitos.

Considerando as idéias acima enunciadas, e o destaque dado pelas reportagens da Folha de Ponte Nova à atuação das Associações e Moradores, este capítulo irá discorrer sobre alguns dos acontecimentos relacionados à ação desses movimentos no Município de Ponte Nova no período de 1989 a 1991. Para tanto será analisado o conteúdo descrito nas reportagens desse semanal que tratam tanto do processo eleitoral dessas entidades, como de reivindicações feitas através de seus dirigentes.

De acordo com reportagem da Folha de Ponte Nova em Janeiro de 1989, a diretoria da Confederação Nacional das Associações de Moradores¹⁰ (CONAM) - da qual fazia parte a presidenta da Associação de Mulheres de Ponte Nova - havia elaborado um documento ao Presidente da República em repúdio ao “Plano Verão”, tendo como principal assunto uma crítica à extinção do Banco Nacional de Habitação. Esse documento além de propor uma nova política de moradias, propunha uma maior participação de organizações dos trabalhadores

¹⁰De acordo com Gohn (2008), a CONAM foi criada no ano de 1982 e serviu como entidade organizadora das Sociedades Amigos de Bairros e movimentos sociais que reivindicavam a implantação de bens e equipamentos coletivos urbanos, principalmente na periferia das grandes cidades.

sindicais ou de classe, como forma de minimizar a situação da população de baixa renda (Anexo F).

Nesse mesmo ano houve uma reunião dos dirigentes de Associações de Bairro de Ponte Nova, com o intuito de organizar uma comitiva para participar do 4º Congresso Nacional da CONAM que seria realizado no Rio de Janeiro. Embora não tenham sido encontradas outras reportagens que mostrem esse contato das Associações de Moradores de Bairro de Ponte Nova com a CONAM, percebeu-se que reivindicações relacionadas essencialmente à aquisição de bens e equipamentos coletivos urbanos se apresentaram de forma bastante clara no conteúdo das reportagens que foram analisadas.

Outra questão que é preciso ressaltar em relação às Associações de Moradores, são as articulações realizadas entre as lideranças locais e o poder público municipal, seja na organização das eleições para escolha dos dirigentes, seja na discussão das demandas da comunidade.

Em relação às eleições dessas entidades, destaca-se um aspecto interessante. Em algumas dessas como a que ocorreu para a escolha da Diretoria do Bairro São Pedro no ano de 1989, houve uma grande participação da comunidade e a existência de seis chapas concorrendo ao cargo. Notou-se também a existência de poucos votos em branco. Segundo reportagem da Folha de Ponte Nova em Janeiro de 1989, a participação de técnicos da Secretaria do Trabalho (SETAS) e do Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social (CEAPS) contribuiu para a organização do processo de eleição, viabilizando o voto dos analfabetos, que constituíam boa parte da população do bairro.(Anexo G)

De acordo com entrevista realizada com um ex-funcionário da SETAS/CEAPS, esse pleito se destacou também pela participação de diversos membros da comunidade, inclusive de pessoas ligadas ao tráfico de drogas. Porém, como a própria redação da Folha de Ponte Nova destaca, o processo ocorreu de forma transparente e tranqüila, embora o Bairro São Pedro carregasse um estereótipo associado à violência.

Entre 1989 e 1991 a atuação da SETAS/CEAPS se mostrou presente - através de seus técnicos - não somente assessorando eleições para diretorias de Associações de Bairro, mas também em diversas outras ações junto a outras entidades representativas, o que será discutido posteriormente de forma mais detalhada. Esse fortalecimento das Associações de Moradores veio acompanhado também da manifestação de alguns grupos que não estavam necessariamente ligados às mesmas, mas que buscavam melhorias urbanas na cidade, principalmente nos bairros mais pobres.

No ano de 1989, inclusive, houve uma manifestação que, segundo a redação da Folha de Ponte Nova “constituiu um fato inédito na nossa cidade nos últimos tempos”. Em uma

reunião realizada no Salão Paroquial da Matriz de São Sebastião, cerca de 150 pessoas debatiam sobre a necessidade de ampliação dos Conselhos Comunitários¹¹, no sentido de uma maior fiscalização das Associações, uma vez que alguns presidentes eram acusados de não terem representatividade ou atuarem conforme interesses políticos. Além disso, discutia-se também a situação precária de alguns bairros da periferia da cidade e a busca de uma maior participação da comunidade no orçamento municipal, em um momento em que se elaborava o Plano Diretor da Cidade. Para melhor ilustrar essa questão foram anexadas (Anexo H, Anexo I) algumas reportagens que noticiam esse acontecimento.

Cabe dizer que na reunião ficou definido que os Conselhos Comunitários, da mesma forma que as Associações de Moradores, ao serem criados por iniciativa do Executivo Municipal deveriam possuir caráter consultivo, sendo proibida a discussão político partidária, aspecto que foi apresentado às entidades da cidade em reunião sediada na Câmara Municipal no dia 24 de maio de 1989. (Anexo J)

Um outro fato relacionado às Associações de Moradores que merece ser destacado, foi à realização de uma sessão da Câmara Municipal onde discutiu-se uma ementa, que suprimia da Lei Orgânica a obrigatoriedade de passagem pelo Legislativo das reivindicações das Associações e Entidades Populares e de classe (Anexo K). Este aspecto revela a existência naquele momento de uma crise entre alguns membros do Legislativo e entidades no que diz respeito à forma como estes reagiram à tentativa de alguns vereadores de controlar a ação das lideranças comunitárias.

Conforme redação da Folha de Ponte Nova, no dia 05 de março de 1990 participavam da sessão da Câmara Municipal representantes de sindicatos, clubes de serviços e movimentos da igreja que se mostraram indignados com os vereadores que votavam pela obrigatoriedade do vínculo entre as Associações e a Câmara. O ponto principal da discussão foi expresso na fala de um dos vereadores que era a favor da supressão da ementa: “... a Câmara teme a projeção dos dirigentes de entidades, que tem o direito inclusive de candidatar-se a cargos eletivos sem serem molestados. ‘ Nós somos pagos para trabalhar e devemos ir de encontro às entidades e não exigir que elas venham até nós...’”.

No contexto em que a presente pesquisa se insere, pode-se deduzir inicialmente, que as Associações de Bairros, apesar de terem sido alvo de polêmicas, resultantes de irregularidades e conflitos políticos, estas contribuíram de forma positiva no apontamento dos problemas de falta de equipamentos e serviços urbanos, e das falhas da administração

¹¹Criados no Estado de São Paulo na década de 70, os Conselhos Comunitários de acordo com Gohn (2001), foram propostos por ações envolvendo o povo e o governo, e criados a partir de decretos governamentais, que algumas vezes duraram apenas os mandatos eletivos de seus propositores.

municipal na execução das políticas públicas. Além disso, afirma-se que alguns líderes de entidades foram cooptados pelos governos.

Apesar dos conflitos as Associações de Moradores constituíram um canal através do qual as pessoas da comunidade se organizaram em prol de interesses comuns e ao exercício da democracia de forma mais direta ao criarem um espaço de discussão sobre as necessidades da população, principalmente dos bairros mais pobres da cidade. Essas necessidades apontadas pelas Associações de Moradores denunciavam portanto, uma situação de carência não só de moradias, mas também de outros serviços urbanos básicos que se mostravam necessários à melhoria da situação das famílias mais pobres.

4.3. Mulheres organizadas: o Movimento dos Clubes de Mães

Os movimentos sociais a partir dos anos de 1980 representam também um retorno do debate a respeito da necessidade, cada vez mais nítida, de se dirimir da sociedade brasileira a exclusão tanto do ponto de vista étnico ou social como de gênero. A questão da mulher, do negro, dos pobres e de outros grupos excluídos pela sociedade passa a ser cada vez mais discutida pela sociedade civil e pela Igreja Católica. Na cidade de Ponte Nova não foi diferente, tendo em vista que o contexto estudado aponta a existência de movimentos ligados à organização feminina, como também a organização da população afro descendente no Brasil e na cidade de Ponte Nova. (Anexo L)

Apesar de não ter sido encontrado nenhum documento que relatasse o envolvimento direto desse movimento com a questão da moradia, é preciso lembrar que o fenômeno da pobreza no Brasil se vincula de uma maneira quase direta à questão étnica. Nesse sentido supõe-se que a adoção de políticas de habitação voltada à população pobre, de alguma maneira resultariam no atendimento da população negra. Embora não seja o objetivo abordar essa questão neste trabalho, é preciso ressaltar que o surgimento do movimento negro em Ponte Nova representou um fato importantíssimo, dado que a sociedade pontenovense, de maneira semelhante à brasileira, era marcada tanto pela segregação do ponto de vista social quanto étnico.¹²

¹² Através das reportagens da Folha de Ponte Nova, se verificou que entre os anos de 1989 a 1991 foram realizados na sede social do Pontenovense Futebol Clube uma série de eventos como concursos de beleza e bailes de debutantes, para os quais eram convidados atores das Organizações Globo na época. Do ponto de vista do pesquisador, a realização desses eventos revela uma profunda contradição na sociedade local, tendo em vista que a integração dos setores mais populares da sociedade pontenovense era restrita a alguns espaços como, por

A criação de espaços de mobilização das mulheres é discutida nesse trabalho a partir dos Clubes de Mães. Estes surgem, em Ponte Nova, através da organização de mulheres da comunidade local que buscavam o atendimento a algumas demandas de seus bairros, promovendo atividades entre as quais cursos de qualificação (tricô e bordado). De acordo com a Folha de Ponte Nova (1990), a formação dessas entidades contava com a coordenação da administração municipal, representada por algumas secretarias, como a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social e a Secretaria de Bem Estar Social, além da atuação da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), pertencente ao governo do Estado.

No período de 1989 a 1991, identifica-se, como umas dessas entidades, o “Núcleo de Mulheres” do Bairro Vila Oliveira, fundado em 30 de Abril de 1989. Através de um abaixo assinado, sua diretoria encaminhou algumas de suas primeiras reivindicações às autoridades, como a reativação da Associação Comunitária local, a construção de uma passarela sobre o ribeirão Vau-Açu para facilitar o acesso à Escola Estadual do bairro, além de um posto de saúde e de mais policiamento. Cabe ressaltar que essa entidade surgiu em razão do esvaziamento da Associação de Moradores local pelo seu presidente, o que levou essas pessoas a buscarem uma outra forma de organização que pudesse servir de canal de articulação com o poder público municipal no atendimento das demandas do bairro.

Segundo a Folha de Ponte Nova, no dia 14 de Abril de 1990 foi realizado no auditório da Faculdade de Ciências Contábeis (FACCO), o I Encontro de Confraternização dos Clubes de Mães de Ponte Nova. Esse encontro teve como parte de sua programação a realização de um debate sobre a situação feminina, a partir do tema proposto à Campanha da Fraternidade daquele ano “A Fraternidade e a Mulher”, cujo lema era “Mulher e homem: imagem de Deus”.

Até esse momento a cidade já contava com várias dessas entidades, cujas diretorias eram formadas quase que exclusivamente por mulheres. Essa entidades surgem, em sua maioria, em bairros tidos como carentes como é o caso dos Clubes de Mães criados nos Bairros Vila Oliveira, Triângulo Novo, Santa Tereza e Bairro de Fátima.

De modo geral as reivindicações desses grupos estavam relacionadas a melhorias nos serviços urbanos, além de questões assistenciais como a construção de creches - que era na

exemplo, o carnaval e o futebol. O Grupo Ganga Zumba, que se auto denominava como “uma pequena comunidade de negros dedicados à luta pela consciência da raça” realizou um trabalho ímpar na história de Ponte Nova. Através da manifestação da cultura negra, e de uma posição clara sobre a questão do negro na cidade, teve uma acessibilidade a espaços que de certa maneira eram e ainda são freqüentados por grupos sociais restritos. Além disso, não pode deixar de ser mencionado que tendo o Bairro de Fátima como local de origem, a postura política de pessoas ligadas ao Ganga Zumba, abre espaço à inserção de novos líderes na discussão sobre os problemas dos bairros pobres da cidade.

época um serviço mais ligada à assistência social do que ao ensino, - e o fornecimento gratuito de leite para famílias carentes.

A hipótese de que os Clubes de Mães se posicionaram em relação à questão da habitação, se comprova através de algumas reportagens da Folha de Ponte Nova (Anexos M, N e O) que noticiaram uma mobilização feita pelo Clube de Mães e a Associação de Moradores da Vila Oliveira na realização de um mutirão. Este tinha por objetivo construir duas casas no bairro devido à situação precária em que estas se encontravam os seus moradores e ao grau de carência dos mesmos. Para tanto essas entidades buscaram o apoio da administração municipal e da comunidade pontenovense em geral, para obter a assistência técnica e o material de construção necessário.

Em razão do pouco volume de informações levantadas sobre a atuação dos Clubes de Mães em Ponte Nova, e da necessidade de se pesquisar mais sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais urbanos, não há como afirmar se ações desse tipo configuram-se como fatos isolados, ou se eram uma constante na pauta de reivindicações e ações desses grupos. Acredita-se no entanto, que mesmo que essas mulheres tenham se organizado sob a tutela do governo municipal, elas tinham uma consciência dos problemas e das necessidades de suas comunidades enfrentavam, buscando de uma forma talvez mais autônoma junto ao poder público municipal, soluções para o problema da moradia. Nesse sentido se faz necessário compreender melhor as ações dos Clubes de Mães em Ponte Nova, como meio de se posicionar ações como as que foram descritas dentro do contexto dos movimentos de reivindicação pela moradia aos pobres.

4.4. Organização Sindical: reivindicações e greves na luta por melhores condições de trabalho e remuneração

As entidades civis de Ponte Nova representadas em uma série de sindicatos que se mobilizaram a partir de uma articulação com as instâncias superiores que as representavam. No ano de 1989 essa articulação se deu em razão dos efeitos negativos do Plano Verão sobre a sociedade brasileira, principalmente sobre o salário dos trabalhadores. Acredita-se que a questão salarial, tão presente nas manifestações dos trabalhadores como as do Sindicato dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, vincula-se de maneira indireta à questão da moradia, uma vez que o salário dos trabalhadores deveria cobrir gastos com a moradia. Destaca-se ainda o fato de que não havia um sindicato que representasse os

servidores públicos municipais, sugerindo talvez que o contexto local de reivindicação dos trabalhadores, poderia ter inspirado a criação de uma entidade representativa dos servidores municipais.

As organizações sindicais identificadas no Município de Ponte Nova nos anos de 1989 a 1991 eram as mais diversas (operários da fábrica de papel, ferroviários, motoristas de ônibus, operários da construção civil, professores da rede estadual, servidores municipais etc.). Esse período caracterizou-se pela efervescência de manifestações, especialmente no dia do Trabalho, e também pelas greves de trabalhadores de diversas categorias sindicais e populares. Nesse aspecto percebeu-se que a Folha de Ponte Nova possuía no ano de 1991 um caderno exclusivo para a publicação de notícias referentes aos sindicatos da cidade de Ponte Nova e região.

No ano de 1989, por ocasião da vinda da Ministra do Trabalho Dorothea Fonseca Werneck à Ponte Nova, cerca de dez entidades sindicais da cidade haviam preparado um documento de repúdio ao Plano Verão. Conforme matéria do semanal Folha de Ponte Nova assinavam o documento os sindicatos dos professores, bancários, trabalhadores do Ensino, construção civil, papeleiros, servidores municipais, ferroviários, motoristas, professores municipais e servidores da saúde.

Além da elaboração desse documento, os sindicatos e outras entidades civis, como Associações de Moradores e a Associação de Mulheres se organizavam naquele momento em torno da realização de uma Greve Geral contra as perdas salariais causadas pelo Plano Verão, movimento que estava sendo preparado a nível nacional. Além dessas entidades estavam envolvidos nesse movimento dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil. Esses partidos exerceram a nível nacional um relevante papel na organização da luta sindical e pelo direito à moradia (Anexo P, Anexo Q, Anexo R, Anexo S).

Em um momento anterior a essa movimentação, os servidores municipais haviam iniciado no final do ano de 1988, uma greve formada por cerca de 160 professores e mais de 100 funcionários da Prefeitura, que ocorria em função do não pagamento do 13º salário e dos salários do mês de novembro. De acordo com a Folha de Ponte Nova, tendo iniciado em 16 de Dezembro de 1988 essa paralisação do funcionalismo era vista por pessoas ligadas à administração municipal como uma forma de apoio ao prefeito Antônio Bartolomeu Barbosa (PFL) que viria a assumir no ano seguinte, em razão das pessoas que lideravam o movimento serem simpatizantes ao mesmo. (Anexo T)

Em contrapartida, nesse mesmo momento o Prefeito José Sette de Barros enviava à Câmara Municipal projetos que visavam à anistia do IPTU para o ano de 1989 e 150% de aumento para os servidores municipais, além da instituição do vale transporte, o que era visto

pelos vereadores, inclusive de seu partido (PMDB), como uma forma de inviabilizar a próxima gestão.

No entanto, ainda durante a sua administração esses projetos foram retirados de tramitação da Câmara Municipal, sob o argumento de que os mesmos poderiam onerar excessivamente a Administração futura, embora se acreditasse que essa retirada se dava em função da greve do funcionalismo realizada no final do ano de 1988. Numa medida talvez contraditória, além da retirada do projeto o prefeito José Sette de Barros assina um Decreto reajustando o IPTU em 625%. (Anexo U, Anexo V, Anexo W)

Segundo relato de um servidor público, o Sindicato dos Servidores Públicos de Ponte Nova (Sindserp) foi formado inicialmente por funcionários ligados à gestão que governara Ponte Nova de 1983 a 1988. A referida greve foi resultado de um movimento independente do funcionalismo municipal, uma vez que o Sindserp ainda não existia enquanto entidade. Funcionando com uma diretoria provisória durante algum tempo esse sindicato já apresentava um posicionamento contrário em relação a medidas realizadas pelo Executivo Municipal, como o provimento de cargos sem concurso público e demissões na Prefeitura, reivindicando a participação da entidade na elaboração do Plano de Cargos e Salários. (Anexo X,Y,Z e AA)

A análise do contexto político a nível local mostra que havia toda uma movimentação popular e de classes, mas a questão da moradia não se revela nas reportagens da Folha de Ponte Nova. No campo das organizações sindicais, as greves e manifestações que ocorreram refletiam os movimentos que ocorriam a nível nacional, contra a inflação, as perdas salariais, as condições de trabalho, e as atitudes patronais dotadas de autoritarismo. Por sua vez, o debate promovido nos grupos de caráter mais comunitário, como as Associações de Bairro e os Clubes de Mães, se voltavam mais para a questão da moradia e outras necessidades da comunidade e das famílias mais pobres, que buscavam melhores condições de vida. Coloca-se como exemplo as primeiras reivindicações feitas pelo Clube de Mães da Vila Oliveira que revelam a capacidade de organização das mulheres naquele momento.

5. AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO: A ATUAÇÃO DA SEAC E DA SETAS/CEAPS

Através de órgãos como a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social (CEAPS) e Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS) o Estado se fez presente em seus três níveis (federal,

estadual e municipal) direcionando as políticas de assistência social, entre as quais se inclui a construção de moradias populares. A partir do conteúdo das reportagens da Folha de Ponte Nova e das entrevistas com ex-funcionários dessas secretarias será discutida a ação desses órgãos na concepção das casas do mutirão do Novo Horizonte, de forma a elucidar a participação do Estado na organização popular e no processo de produção de moradias populares. Em razão da falta de maiores informações sobre a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária no Município de Ponte Nova, elaborou-se um breve resumo a respeito das ações executadas por esse órgão.

A Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC) ¹³era um órgão vinculado à Secretaria de Planejamento do Governo Federal responsável pela implantação de diversos programas relacionados às políticas de Assistência Social em Ponte Nova e região. Dentre os programas desenvolvidos no Município de Ponte Nova-MG e região, podem ser citados o Programa Nacional do Leite, cujo objetivo era a distribuição de leite para famílias carentes, e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, através do qual se buscava a permanência do homem no campo através da oferta de atividades e recursos. Além desses programas a SEAC foi responsável pela coordenação e repasse de recursos do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais que deu origem ao mutirão das casas populares do Bairro Novo Horizonte, objeto de estudo da presente pesquisa.

A partir do relato de um representante da SEAC no Município de Ponte Nova, na época em que se deu a implantação do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais em Ponte Nova-MG, o Ministro do Planejamento pediu-lhe para que enquanto conselheiro da Secretaria do Planejamento, escolhe-se alguns municípios a serem beneficiados com a construção de casas populares. De acordo com o relato desse entrevistado, a indicação de Ponte Nova-MG para ser contemplada com este programa ocorreu porque ela era a sua cidade natal. Além disso, ele teria sido na época o responsável estabelecer contato com o prefeito, o qual como apontou o entrevistado, em razão de seu caráter populista, optou pela construção de casas para pessoas pobres.

¹³Segundo Azevedo (2007), a atuação da SEAC demonstrou a falta de uma política clara para o setor habitacional durante o Governo José Sarney já que este vinculava-se inicialmente à Secretaria de Planejamento, passando depois para a Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Habitação e do Bem Estar Social, deste para o Ministério da Previdência e finalmente ao Ministério do Interior.

5.1. O Papel da SETAS/CEAPS e a organização popular em Ponte Nova-MG

As atividades relacionadas à Assistência Social em Ponte Nova, que estiveram presentes no contexto do mutirão do Novo Horizonte eram executadas pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS). De acordo com entrevista concedida por um ex-funcionário, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social era um órgão que exercia um trabalho em conjunto com entidade civil chamada Consórcio de Entidade de Promoção e Assistência Social (CEAPS). Por sua vez, o CEAPS funcionava como uma ferramenta jurídica e institucional de interiorização da política de assistência social do governo estadual de forma prática e funcional, repassando recursos às entidades civis organizadas para que estas executassem esse tipo de política, sem que houvesse as complicações das prestações de contas. O CEAPS tinha um importante papel, já que tinha a capacidade de aglutinar diferentes forças políticas e comunitárias para a implementação dos direitos das comunidades as quais ele assessoravam.

O CEAPS de modo geral realizava um trabalho de assessoria comunitária e sindical através de técnicos e funcionários administrativos. Estes por sua vez, prestavam consultoria popular para a aquisição de documento de registro civil por pessoas carentes, davam orientação aos seus filiados sobre seguro desemprego, elaboravam as prestações de contas de verbas públicas que lhes eram repassadas pelo governo estadual, realizavam o encaminhamento de pessoas ao atendimento hospitalar e apoiavam campanhas assistenciais de instituições e entidades de Ponte Nova e região.

A escolha dos dirigentes do CEAPS se dava através de eleições às quais só podiam participar dirigentes de entidades que estivessem regularizadas, critério que também era adotado no repasse de recursos do governo estadual. Essas exigências institucionais explicam por que foram identificadas em um mesmo período de publicação da Folha de Ponte Nova, a ocorrência de processos de eleição para presidentes de Associações de Moradores em diferentes bairros.. Segundo ex-funcionário da SETAS no caso específico de Ponte Nova a participação desses dirigentes favoreceu em muito o trabalho que era realizado pelos técnicos da SETAS.

Mesmo que essas pessoas tivessem vínculo com quadros políticos ligados ao governo do Estado, pelo menos pela experiência nossa em Ponte Nova a gente percebia que as pessoas realmente eram respeitáveis e respeitadas, e dedicadas. (...) Pode ser que em outros locais onde houve CEAPS pode ter havido uma história diferente, mas pela minha experiência de 1980, quando eu fui pra Secretaria do Trabalho, até a minha saída, o CEAPS foi uma tremenda ferramenta institucional. Gente, quadros de primeira linha que serviam voluntariamente e com seriedade e com pontualidade. (Ex-funcionário da SETAS/CEAPS)

No que diz respeito à relação entre os partidos de esquerda existentes na cidade, e alguns funcionários da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, o entrevistado considera que o fato de funcionários que representavam o Estado, estarem ligados a partidos políticos com orientação de esquerda, constituía um tabu sob o olhar de algumas pessoas em Ponte Nova na década de 1980. Porém, o entrevistado relatou que essa aproximação ocorreu devido a uma cobrança de membros desse partido para que estes se articulassem ao PT, devido ao trabalho que estes funcionários realizavam junto às entidades populares e às organizações dos trabalhadores.

Alguns petistas, que vieram de outros municípios, ao virem pra Ponte Nova perceberam o potencial de trabalho da equipe da Secretaria de Trabalho. Na verdade o PT enquanto instituição estadual, nacional é outra coisa, em Ponte Nova ele nasceu praticamente encostando-se em nós. Foi a partir do nosso trabalho que a gente acabou, eu acho que como uma cobrança. Se vocês trabalham nessa área porque vocês não ajudam também? Então a gente somou com essas atividades comunitárias, nós demos muito suporte à organização de sindicatos que era algo tabu. Nós conseguimos espaço pra apoiar eles, da mesma forma que apoiávamos os patronais, nós abrimos espaço gradualmente para entidades mais populares inclusive sindicatos de trabalhadores rurais. Nós não tínhamos nenhum vínculo com nenhum partido, na verdade o pessoal percebeu que nós tínhamos um potencial. Havia digamos uma área de identificação, de identidade entre nós. Eles é que nos convidavam, mas não fomos nós que fomos até o PT não. (Ex-funcionário da SETAS/CEAPS)

Conforme o entrevistado, a SETAS enquanto órgão do governo estadual incentivou a implantação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Município de Ponte Nova em um momento em que esse tipo de organização ainda era difícil de ser organizada. Entretanto o entrevistado revela que a ação da SETAS/CEAPS se deu muito mais junto às entidades comunitárias do que nas organizações trabalhistas.¹⁴

A FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais) quando percebeu que nosso escritório tava dando suporte para organização do sindicato dos trabalhadores rurais, ela ficou extremamente desconfiada. Quem são essas figuras? Servidor do Estado apoiando formação de sindicato dos trabalhadores rurais? Especialmente sindicato de trabalhadores rurais, que com muito custo surgiu em Ponte Nova, porque toda vez que se falava em se organizar desapareciam, as lideranças eram dispersadas, a gente sabia que havia um mistério. Pra fazer surgir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Ponte Nova nós tivemos de trabalhar dez meses no anonimato. Um colega nosso da imprensa tinha conhecimento disso e aceitou ficar em silêncio pra não atrapalhar, porque se divulgasse, alguma coisa acontecia. Havia desistismo, pressão, a gente não sabia o que era concretamente, mas que havia, havia. (...) Na época era uma área muito perigosa, área muito reprimida, hoje que tá mais tranqüila né?(...) O nosso escritório deu suporte institucional, mas por causa, digamos, dos valores que cada um de nós tinha particularmente né? A gente tinha essa afinidade com a questão da valorização dos movimentos populares, sejam eles comunitários sejam de trabalhadores, com muito menor na área dos trabalhadores, mais do movimento comunitário. (Ex-funcionário da SETAS/CEAPS)

¹⁴O Sindicato dos Servidores Público de Ponte Nova a exemplo foi criado a partir de um outro movimento no qual a SETAS/CEAPS não esteve envolvida.

A ação da SETAS/CEAPS segundo o entrevistado contribuiu para o fortalecimento e a uma maior autonomia das entidades na captação de recursos. O surgimento de sindicatos e entidades mesmo que assumindo um viés de caráter “peleguista” e a partir de ações de auto promoção da parte de seus dirigentes, constituíram sob o ponto de vista do entrevistado, um ganho positivo, pois possibilitou um maior questionamento do poder político vigente.

Em relação à questão da moradia o entrevistado sinaliza que a experiência da SETAS junto ao mutirão do Bairro Novo Horizonte¹⁵ deu margem a outros projetos como o Programa Municipal de Melhorias Habitacionais. Este programa criado a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Ponte Nova (Melhorhab) e o CEAPS tinha por objetivo reformar casas em vários bairros de Ponte Nova. “As prefeituras foram fortalecidas para gerar a própria política de assistência social. (...) Como equipe nós trabalhávamos no sentido de vitaminizar as prefeituras pra gerir os próprios projetos.” (Ex-funcionário da SETAS/CEAPS).

Sobre a atuação das entidades de Ponte Nova em relação à reivindicação por moradias, o entrevistado afirma que não havia um movimento de reivindicação pela moradia do ponto de vista de uma organização ou entidade representativa. A questão da moradia era pensada por meio de uma política estatal, que muitas vezes estava mais vinculada a uma estratégia de atendimento a carências ou demandas existentes. Neste aspecto a Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Novo Horizonte foi constituída mais como uma formalidade exigida pelo Programa Nacional de Mutirões Habitacionais.

Na verdade esses programas não nasceram assim vinculados digamos a uma força popular, eram uma oferta de políticas como propostas, e esses órgãos, instituições, entidades, na verdade foram criados pra viabilizar a aplicação dos projetos. Agora é claro que no caldo final do mocotó o pessoal cresce, o pessoal aprendeu e por mais que eles fossem digamos representantes do governo, mais do que da comunidade eles exerciam o controle, de alguma maneira, sobre essas atividades, mas não foi assim fruto de um movimento de um crescimento como costuma acontecer em outros locais né? Aí hoje tem o Movimento dos Sem Teto, que é um movimento com vida própria com uma dinâmica própria com lideranças assim amadurecidas com visão política clara, na época não. Na verdade essas pessoas eram como que recrutadas para formar essas instituições entidades, para que pudesse digamos cumprir com a exigência do projeto. O projeto exigia que existisse entidade civil, então a entidade civil era criada. Então na verdade era mais o que? Fruto de atendimento a demandas institucionais (...) muitas vezes criadas especificamente pra isso. (Ex-funcionário da SETAS/CEAPS)

Em relação às Associações de Moradores de Bairro, o entrevistado relatou a eleição para a presidente do Bairro São Pedro, que foi assessorada pela SETAS, afirmando que nessa eleição concorreram seis chapas, das quais participaram diversos grupos, inclusive pessoas

¹⁵No caso do mutirão do Novo Horizonte a SETAS/CEAPS atuou junto à Sociedade Comunitária de Habitação Popular (SCOOHAB) assessorando algumas de suas assembléias durante os anos de 1989 e 1991 e anos mais tarde na proposta de uma solução em relação à questão da propriedade das casas.

ligadas ao tráfico de drogas no bairro. Embora houvesse um estereótipo em relação ao caráter violento do bairro, em sua concepção tudo ocorreu de forma tranquila, devido à transparência com que o processo foi organizado, com a existência inclusive de uma comissão eleitoral.

Para o entrevistado, o contexto de atuação da SETAS sinalizava uma mudança na forma de atuação do Estado em relação à política de assistência social, em função da atuação de seus dirigentes locais. Isso porque, estes buscavam um diálogo mais aberto com as entidades que assessoravam além de uma maior capacitação de seus membros. Assim, o CEAPS ao extinguir-se em Ponte Nova deixou fortalecidas as entidades e possibilitou que elas conseguissem seus recursos de maneira direta junto ao Estado (município, governo estadual e governo federal).

O CEAPS à medida que ele cumpria o papel dele, ele se auto extinguiu. Parece irônico não parece? Quanto mais o CEAPS trabalhava mais chegava o fim dele. Por quê? Porque na época em que o CEAPS foi criado praticamente não havia entidade comunitária em Ponte Nova. Praticamente não existia sindicato de trabalhador, o que existia era peleguérismo, duzentos anos de existência vinculado a um ou outro grupo, então quando nós entramos em ação, via CEAPS, percebia-se que precisava, a gente tinha recurso controle, mas à medida que o CEAPS cumpria o seu papel de fortalecer os seus consorciados, associados que podiam ser formais ou informais eles ganhavam a capacidade de gerir a busca de recursos e aplicá-los. Então houve um momento em que o CEAPS se auto extinguiu formalmente (...) ele chegou à conclusão de que não tinha mais vida, ele não era mais necessário. Chegou um ponto em que se percebeu que não havia mais (...) cada entidade buscava os seus recursos, aplicava os seus recursos já tinham desenvolvido a capacidade de busca e de aplicação de recursos. Ficou dispensável a mediação ou intermediação do CEAPS. Então o CEAPS convocou uma Assembléia auto dissolveu-se e distribuiu patrimônio que tinha na época (...). O CEAPS se auto extinguiu formalmente distribuindo o patrimônio (...) tudo legalmente. (...) O CEAPS fez jus à história dele né? Trabalhou e morreu de pé. Apagou-se de forma legal e clara. (...) (Ex-funcionário da SETAS/CEAPS).

O contexto existente na época não possibilitava, de acordo com o entrevistado que a moradia fosse adquirida por uma parcela da população como mercadoria, o que demandava a existência de alguma forma de subsídio e a realização de mutirões para construção de casas como ocorreu no Bairro Novo Horizonte e São Geraldo. Como foi dito anteriormente, a ação da Prefeitura Municipal de Ponte Nova na realização desses empreendimentos era segundo o entrevistado, mais uma estratégia de governo. Entretanto fica evidente que a pressão que era exercida pela população precisava ser atendida de alguma maneira pela administração do prefeito Antônio Bartolomeu até mesmo como uma estratégia que garantisse o exercício do poder de forma tranquila. A adoção de uma política de planejamento urbano que se denominava mais voltada ao atendimento da classe popular, ganha corpo com a conjunção do trabalho da SETAS/CEAPS junto a projetos de saneamento básico, melhorias urbanas, e na reforma e construção de casas direcionadas ao atendimento das populações mais pobres.

6. “O POVO PRECISA É DE MORAR”¹⁶: A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO NO GOVERNO DE ANTÔNIO BARTOLOMEU (1989-1992)

Ao tentar entender o contexto em que surge o mutirão do Bairro Novo Horizonte acredita-se que alguns fatores interferiram na administração municipal exigindo a adoção de ações voltadas à construção de moradias populares. Fatores como o crescimento da população urbana, tendo o êxodo rural como uma de suas causas, e a ocorrência de desabrigados supostamente moradores de áreas de risco podem ter contribuído para o agravamento da falta de moradias e à necessidade do Estado em viabilizar a construção de casas populares através de programas habitacionais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE no ano de 1980, a população total do município era de 50.113 habitantes, sendo que a população urbana relativa correspondia a 73,46% (36.812 habitantes), e a população rural relativa contribuía com um percentual de 26,54 % (13.301 habitantes). Já no ano de 1991 a população total vai para 56.678 habitantes, com um percentual da população urbana relativa de 80,84% (45.820 habitantes) e uma população rural relativa de 19,16% (10.858 habitantes). Para o período de 1980-1991 verificou-se um crescimento da população total em torno de 6.565 habitantes, correspondendo a um percentual de 13,10% em relação ao período de 1970-1980.

Ao analisarmos o crescimento populacional a partir das populações rural e urbana, percebe-se que, enquanto a população urbana teve um crescimento de 24,47 % (9.008 habitantes) em relação ao período anterior, a população rural apresentou um valor negativo tanto em relação à população absoluta (-2.443 habitantes) quanto em relação ao período anterior (-18,37%).

De acordo com a distribuição da população urbana e rural no município de Ponte Nova para os anos de 1980 a 1991, percebe-se que havia uma tendência para o crescimento da população urbana, acompanhado por um decréscimo da população rural em razão do aumento do êxodo rural. Porém, até o presente momento não foram encontrados dados que pudessem contribuir na constatação de que o êxodo rural tenha contribuído, enquanto variável única para o aumento do crescimento populacional urbano, e agravamento da falta de moradias na cidade.

¹⁶ Essa citação foi retirada de reportagem da Folha de Ponte na qual o prefeito Antônio Bartolomeu Barbosa declarou que a construção de moradias para a população carente seria a prioridade para seu governo no ano de 1991. Fonte: Prefeito diz em entrevista que prioriza habitação em 1991. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 23 fev. 1991, n. 111, ano III (p.07).

Através das entrevistas realizadas com moradores do bairro Novo Horizonte, percebeu-se que aqueles de faixa etária mais elevada, embora já morassem na cidade há algum tempo, relatavam aspectos de suas histórias de vida que estão relacionados a práticas rurais, sugerindo que estes passaram por um movimento de migração rural-urbano. O deslocamento desses para o bairro Novo Horizonte nesse caso poderia tratar-se de um segundo movimento migratório, classificado aqui como de caráter urbano-urbano.

A ocorrência de desabrigados das enchentes e desabamentos de casas¹⁷ como elementos motivadores da ação do Estado na construção de casas para famílias de baixa renda de fato está presente no contexto de criação do bairro Novo Horizonte. A ação da gestão de Antônio Bartolomeu, na solução desse problema, veio somente após uma mobilização que vinha ocorrendo desde o ano de 1989, através das reivindicações da Associação de Moradores do Bairro de Fátima, e da participação da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Novo Horizonte, que resultou na construção em 1990 de 40 casas no Bairro Novo Horizonte, além das outras 70 que haviam sido iniciadas no governo anterior de José Sette de Barros.

Entretanto, atribuir essas políticas somente à ocorrência desses fenômenos seria incorrer em uma generalização que deixa à margem questões importantes como o crescimento da população urbana, considerando o êxodo rural como uma de suas causas, ou mesmo a falta de acesso das classes populares à moradia, em consequência da ausência de uma política estatal voltada à produção de moradias baseadas na especulação imobiliária.

Nesse sentido, as entrevistas revelam ainda outras informações a serem discutidas. Alguns dos entrevistados ao serem perguntados por que escolheram morar no Bairro Novo Horizonte, colocam como resposta à condição de terem tido a oportunidade de adquirir a casa própria de maneira mais barata. Ao entrevistar moradores mais recentes que não participaram do mutirão, adquirindo a casa de ex-moradores ou mesmo de terceiros, algumas das respostas caminham no mesmo sentido, atribuindo o fato de morar no bairro à facilidade de adquirir a casa em razão de seu preço, e não por uma questão de escolha. Isso demonstra que a especulação imobiliária aumenta os custos dos imóveis baseando no valor de troca e não no valor de uso da terra, dificultando assim o seu acesso pelas pessoas de poder aquisitivo mais baixo.

¹⁷“As chuvas castigaram Ponte Nova, mais uma vez, durante o mês de janeiro de 1985 e reeditaram os velhos problemas das ruas alagadas e casas inundadas e destruídas. A violência enchentes daquele ano foi, sem dúvida alguma, muito menor que a de 1979, mas suficiente para levarem o prefeito a divulgar que levantaria empréstimos, da ordem de oitocentos milhões de cruzeiros, para cobrir as despesas com obras de reconstrução da cidade.” (RIBEIRO FILHO 1996, p.261). Segundo a Folha de Ponte Nova cerca de oito famílias se encontravam alojadas no Grupo Escolar do Bairro de Fátima desde o ano de 1985 em condições precárias de higiene.

De modo geral, observou-se que todos os programas relacionados à construção/reforma de casas para a população de baixa renda, que estavam sendo implantados no período de 1989 a 1991, com a participação direta do Executivo Municipal, tinham como critério de admissão das famílias à renda.¹⁸

Embora esses programas fossem direcionados (de acordo com critérios estabelecidos pelos mesmos) para famílias carentes, no caso da implantação do programa que deu origem ao bairro Cidade Nova ocorreu algo que merece ser destacado. Segundo a Folha de Ponte naquele momento a procura junto a Prefeitura Municipal deu-se na maioria por pessoas que não atendiam à faixa salarial exigida pela Caixa Econômica Federal. A informação que se tinha na época é que das 454 pessoas inscritas pela Secretaria Municipal de Ação Social, apenas 179 possuíam renda entre 2,7 e 5 salários, sendo que seriam construídas apenas 200 casas populares. Soma-se a isso o fato de que havia pressões junto ao Chefe do Executivo para que um outro conjunto habitacional a ser construído no Bairro Tijuca não fosse destinado para famílias carentes conforme pode ser visto em (Anexos HH, II, JJ).

A existência desses programas e a declaração do prefeito Antônio Bartolomeu à Folha de Ponte Nova assumindo a habitação como prioridade para o seu governo no ano de 1991, revela que a construção de casas populares, assim como outras ações adotadas pela administração naquele momento talvez não resolvessem o problema da habitação na cidade. Embora houvesse uma cobrança para que a construção de casas populares fosse acompanhada da infra-estrutura urbana necessária, o chefe do executivo acreditava que a necessidade de moradia, principalmente pelas pessoas de baixa renda, era mais urgente sugerindo que essa política possuía um caráter assistencial. “‘Vamos abrir as ruas e preparar os lotes, posteriormente levaremos água, esgoto e iluminação: o povo precisa de morar’, enfatizou o prefeito.”(entrevista do prefeito Antônio Bartolomeu Barbosa à Folha de Ponte Nova, 23 de fevereiro de 1991)

Embora não tenha sido possível obter dados referentes à falta de moradias no período de 1989 a 1991, acredita-se que vários fatores podem ter contribuído para que houvesse essa procura pela casa própria. Pode-se dizer que havia todo um contexto político e econômico a nível nacional na época, marcado pela alta inflação, desvalorização dos salários dos trabalhadores e com pouca ou quase nenhuma oferta de moradias de baixo custo, que

¹⁸Citam-se aqui o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, que constituiu parte do Bairro Novo Horizonte (Secretaria Especial de Ação Comunitária); a construção através de mutirão de casas populares para servidores municipais de baixa renda no Bairro São Geraldo (Cooperativa Habitacional de Minas Gerais-COHAB); o Programa Municipal de Melhorias Habitacionais/Melhorhab (Prefeitura Municipal de Ponte Nova/SETAS/CEAPS); e a construção de casas populares no Bairro Cidade Nova (Cooperativa Habitacional de Minas Gerais-COHAB).

dificultava a compra de casas pelas classes mais pobres. Adquirir a casa própria serviria como uma forma de aliviar o orçamento doméstico do ônus do aluguel, além do fato de que a aquisição desse bem no Brasil constitui, sob o ponto de vista de Bolaffi (1982), não só como uma necessidade subjetiva, mas o reflexo de uma ideologia de controle das massas criada durante o governo militar, e que se manifesta inclusive através da criação do Banco Nacional da Habitação.

Do ponto de vista político, entende-se que a adoção a nível municipal de programas e obras de cunho social, entre as quais se inclui a construção de casas populares e projetos de saneamento básico, pode ter sido uma forma que a administração municipal encontrou para responder às demandas da população local, e assim contornar conflitos políticos causados pela adoção de algumas medidas impopulares, tidas como necessárias como, por exemplo, a demissão de funcionários da Prefeitura Municipal em razão da reorganização do quadro de funcionários.

De acordo com Ribeiro Filho (1996), em razão de a administração anterior ter deixado uma série de problemas financeiros, administrativos e políticos o prefeito Antônio Bartolomeu (1989 a 1992), teve pouco tempo para executar o seu programa de governo, e apesar de se apresentarem em um número pequeno, suas obras eram de grande relevância social. Entretanto ao final do mandato este percebia que a sua popularidade junto às setores populares da cidade havia diminuído.

7. A CIDADE ATRAVÉS DOS MORROS: O SURGIMENTO DO BAIRRO NOVO HORIZONTE

Ao refletir sobre o processo de produção do espaço urbano e da moradia em Ponte Nova observam-se alguns aspectos geográficos que ajudam a explicar a atual conformação de sua malha urbana. Ao tratarmos da relação entre a expansão dessa malha e os aspectos físicos da paisagem, percebe-se que a topografia do Município caracteriza-se, de maneira geral, pela ocorrência de um relevo acidentado com a presença de vales fluviais encaixados. Entre esses vales, formados por córregos e pequenos curso d'água, destaca-se o terraço formado pelo leito maior do rio Piranga o qual se encontra bastante alterado devido à sua invasão antrópica o que resulta em problemas de inundação no período das cheias.

Ao mesmo tempo em que a ocupação dos terraços fluviais foi ocorrendo, a cidade expandiu-se em direção aos morros, alterando-os pela intervenção técnica ou simplesmente executando projetos de arruamento e parcelamento de lotes sem atentar para qualquer aspecto urbanístico. Essa ocupação resulta em Ponte Nova numa paisagem onde seus bairros encontram-se inseridos ao longo de vales e nos topos dos morros. Concatenados numa área urbana única estes se apresentam isolados visualmente pelos elementos do meio físico (rio Piranga e morros) que mesmo modificados são marcantes na organização desse espaço urbano. Dessa forma, entende-se que esse isolamento aliado à uma lógica de ocupação, que expulsa as populações pobres para as áreas menos privilegiadas, acaba reforçando a segregação já presente do ponto de vista social e cultural fazendo com que se acredite erroneamente que ela é dada pelos aspectos da natureza e não do homem.

Existe ainda o fato de que o cumprimento dos requisitos estabelecidos para o parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/79) tendem a ser driblados durante a criação de loteamentos periféricos, principalmente em relação à obrigatoriedade do empreendedor de implementar a instalação da infra estrutura básica. Além dessa obrigatoriedade os empreendedores imobiliários tendem a ignorar a proibição da ocupação das áreas de preservação permanente e dos terrenos com declividade igual ou superior a 30%. É preciso ressaltar novamente que o fator físico não é determinante, dada a capacidade técnica de que se dispõe para alterá-lo. Na verdade este argumento é usado como justificativa de governantes e empreendedores imobiliários, que não prezam pelo cumprimento das leis de uso e parcelamento do solo de seus municípios prejudicando as populações residentes desses bairros periféricos caracterização na qual se enquadra o Bairro Novo Horizonte.

Ao tratar desse processo de produção da cidade é possível identificar a ação de grupos específicos os quais Corrêa (1995) chama de agentes urbanos. Estes se diferenciam uns dos outros quanto à maneira como atuam, e tem em comum o interesse em se aproveitar de uma renda da terra e da reprodução das relações de produção capitalistas. Um elemento a ser destacado é o fato de que há agentes que são capazes de transgredir mais facilmente o marco jurídico que regula as ações dentro do urbano. A título de comparação poderíamos situar dentro desse marco jurídico às leis que tratam do uso e ocupação do solo urbano como, por exemplo, o Plano Diretor. Essa transgressão ocorre em razão do controle da política local por determinados grupos que usam a administração pública em prol de interesses próprios através de políticas clientelistas.

Os agentes urbanos atuam no processo de reorganização espacial, a partir de uma série de ações, como a incorporação de novas áreas ao espaço da cidade, a realocação diferenciada da infra estrutura e a mudança de conteúdo social e econômico de determinadas áreas. Segundo Corrêa (op.cit.) atuam como agentes produtores do espaço urbano os proprietários dos meios de produção, industriais e comerciantes, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos excluídos, que são aqueles que não têm condições de arcar com os custos da moradia.

Para o referido autor, os grupos excluídos se enquadram, enquanto agentes produtores do espaço urbano, a partir do momento que, em busca do direito à moradia, ocupam terrenos e constroem habitações em condições precárias, utilizando-se do sobre trabalho. Esse sobre trabalho refere-se à autoconstrução, fenômeno presente de modo mais visível nas classes mais baixas, que não dispõem de recursos suficientes para contratar profissionais qualificados e utilizar técnicas modernas de construção. Outra forma de ação dos excluídos é o movimento de reivindicação que parte desses grupos, pressionando o Estado no sentido adquirirem não só o direito à moradia, mas também os serviços urbanos básicos como luz, água, saneamento e transportes.

O modo de ação de cada um dos agentes urbanos é bem específico, embora tenha como principal fundamento à apropriação da terra a partir do seu valor de troca. De acordo com Corrêa (1995), os proprietários dos meios de produção buscam terrenos mais baratos, dotados da infra-estrutura necessária à instalação de indústrias. Além disso, outro fator inerente à ação desse agente é a proximidade da mão-de-obra que constitui um dos fatores atrativos à sua intervenção. Isso porque, quanto menor for o custo de deslocamento da mão de obra até o local de trabalho, a possibilidade de obter uma maior margem de lucros pela diminuição dos salários dos trabalhadores se amplia.

Em relação aos valores dos terrenos na cidade, os interesses dos proprietários dos meios de produção opõem-se aos interesses dos proprietários fundiários, uma vez que esse agente é favorecido pela alta de preços dos terrenos urbanos. A atuação do Estado nesse momento tende a favorecer os proprietários dos meios de produção, pois estes ao controlarem a vida econômica e política da cidade geram empregos e movimentam a economia. Assim o Estado desapropria terras e instala a infra-estrutura necessária para a instalação de indústrias, além de construir casas baratas para a força de trabalho, favorecendo essa ampliação dos lucros dos proprietários dos meios de produção e consequentemente gerando emprego e renda para as classes menos abastadas.

Por outro lado, interessa aos proprietários fundiários obterem a maior renda possível da terra, surgindo daí o interesse na expansão da cidade, que se dá através da conversão da terra rural em urbana, transformação essa que ocasiona o aumento da renda obtida pelo proprietário fundiário, através da venda de loteamentos. A busca dessa meta implica na pressão desse agente junto ao governo municipal, interferindo na definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Entretanto, essa tarefa não é difícil levando em conta o fato de que tradicionalmente, de acordo com Corrêa (1995), os proprietários fundiários são bastante atuantes na esfera política municipal.

Uma vez que se criam loteamentos populares com pouca ou nenhuma infra-estrutura urbana mediante ação em conjunto ou isoladas dos agentes urbanos há uma apropriação ainda maior da renda da terra pelo proprietário fundiário. Isso porque, estando esse loteamento em uma área distante do núcleo urbano, haverá a necessidade do Estado levar os serviços urbanos até a população, elevando os preços dos terrenos localizados entre esses novos bairros e a parte da cidade já dotada desses serviços. Ocorre assim uma revalorização fundiária que beneficia muito mais os proprietários fundiários, que veem a criação de loteamentos como uma alternativa de obter ganhos financeiros diante da esterilização do solo, ou seja, da diminuição da capacidade produtiva da propriedade.

Outro agente responsável pela produção do espaço urbano são os promotores imobiliários que agem no sentido de atender à demanda de imóveis destinados a moradias dotadas de alto padrão construtivo, criando e reforçando a segregação residencial. A produção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda só envolve esse agente quando os custos de execução das construções forem baixos o suficiente, e houver uma escassez de habitações, o que vai permitir elevar os preços obtendo uma alta margem de lucro.

Segundo Corrêa (1995), o Estado pode exercer algumas das atividades dos agentes anteriores, no entanto destaca-se aqui o seu poder de regulamentar o uso do solo e o de implantar serviços públicos atendendo à população. Entretanto, é preciso ressaltar que suas

ações privilegiam, na maioria das vezes, os interesses das classes dominantes que estão no poder, o que é mais evidente a nível municipal. Tomando como exemplo os diferenciais de impostos e a alocação diferenciada dos equipamentos coletivos, fica claro que algumas das ações implantadas pelo Estado são responsáveis pelo agravamento da segregação urbana.

Ao abordar a atuação do Estado na implantação de loteamentos populares ressalta-se a idéia de que essa ação segundo Corrêa (1995) ocorre somente se há a necessidade de ampliar o acesso à terra urbana. Este atua tanto indiretamente, oferecendo financiamentos aos consumidores e às firmas construtoras, o que viabiliza o processo de acumulação capitalista, quanto diretamente através da construção, por conta própria, de habitações populares.

No que se refere à segregação sócio espacial esta assume o papel de manter os privilégios da classe dominante e seu controle social sobre outros grupos sociais, como a classe operária e o exército industrial de reserva, entendido aqui como a mão de obra ociosa existente na cidade. Visa assim manter a divisão social do trabalho e os respectivos papéis necessários para a reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, o fenômeno da segregação revela que a cidade é palco de desigualdades estampadas na produção de um espaço urbano, que em si é produto da ação de agentes sociais específicos.

Um elemento que condiciona o acesso à terra urbana, e conseqüentemente à moradia, é o preço da terra. Este é dado a partir de uma série de fatores locais que conjugados, são capazes de proporcionar um maior conforto às residências, o que se pode chamar de amenidades. Portanto, as áreas segregadas são uniformes em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, em termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes. A busca ou mesmo a criação de amenidades pelas classes mais altas em função, por exemplo, da criação de um conjunto habitacional de alto nível faz com que ocorra um aumento do preço da terra, e conseqüentemente das moradias, dificultando assim o acesso da população de baixa renda.

Evidentemente o surgimento de novos bairros depende da expansão urbana, ou seja, da construção de moradias e na implantação de uma infra-estrutura urbana mínima. Essa se dá inclusive na periferia da cidade, local onde a população de baixa renda encontra formas de obter terrenos e moradias mais acessíveis, e onde a de alta renda constrói condomínios fechados se afastando dos centros urbanos e se auto segregando e criando amenidades. Essa região cumpre ainda o papel de abrigar as correntes migratórias vindas da zona rural, de pequenas cidades e das antigas periferias da cidade que se valorizaram, tornando-se talvez, muito caras para essa população que vai agir como pioneira em outras áreas.

Ao investigar o contexto que levou à criação do Bairro Novo Horizonte obteve-se algumas informações que permitem estabelecer uma analogia com as idéias apresentadas por

Corrêa (1995), e o fenômeno que se apresenta. A partir de uma generalização dessa teoria verificou-se no recorte do presente estudo a atuação do Estado, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e dos grupos tidos como excluídos. Apresenta-se a seguir uma descrição de informações sobre o surgimento do Bairro Novo Horizonte, de modo a ilustrar a discussão que foi estabelecida a respeito da questão da produção da habitação popular.

Criada no ano de 1979, pela iniciativa de pessoas que vinham atuando em Ponte Nova no ramo da incorporação, a Hércules Imobiliária Ltda. é uma empresa que promove a venda de lotes no Bairro Novo Horizonte, tendo atuado também na criação do Conjunto Habitacional do Vale Verde¹⁹. No caso do Bairro Novo Horizonte existem algumas pendências referentes à obtenção da escritura pelos moradores, sendo que a regularização do bairro ocorreu recentemente, no ano de 2007, a partir da iniciativa da Prefeitura Municipal de Ponte Nova.

De acordo com entrevista realizada junto ao autor do projeto, o imóvel onde hoje se encontra o Bairro Novo Horizonte era uma sítio. Após adquiri-lo dos herdeiros, um dos sócios da Hércules Imobiliária concebeu em 1977 um projeto de arruamento com o objetivo de lotear a área. No ano de 1987 este projeto original passa por uma reformulação, em razão de que previa um maior número de ruas, o que encarecia a sua execução, além de uma lei federal que estabelecia novas obrigações por parte dos empreendedores no que se refere ao parcelamento do solo urbano (Lei nº. 6.766/79). A partir dessa adequação do projeto o Bairro Novo Horizonte é concebido sob a configuração que apresenta atualmente.

Segundo o entrevistado, a intenção desse projeto era atender à classe popular. Nesse sentido a dimensão dos lotes já foi pensada para atender bairros formados por pessoas com esse perfil como o Bairro de Fátima e o Bairro São Pedro. Assim, do ponto de vista empresarial não compensaria, em termos de retorno financeiro, projetar lotes maiores e, conseqüentemente mais caros, pois haveria grandes chances de não haver um retorno financeiro, já que os bairros já existentes no entorno poderiam atuar como fatores de repulsão do consumidor de classe mais alta.

Para alavancar o loteamento, a Hércules Imobiliária utilizou uma estratégia de venda através da qual houve a construção de algumas casas em terrenos que se localizavam na entrada do loteamento, como forma de incentivo aos compradores. Além disso, a partir de um acordo quanto à forma de pagamento dos lotes, alguns moradores ganharam junto o projeto da casa já assinado pelo engenheiro civil da Hércules Imobiliária. De acordo com o autor do

¹⁹ Ao contrário do Novo Horizonte o Vale Verde foi projetado para atender a uma demanda por moradias de alto nível, possuindo lotes com dimensões maiores, além estar em dia com todas as exigências em termos da instalação da infra estrutura urbana e da regularização fundiária. Isso se explica em razão de que a ocupação do entorno já estava direcionada para as classes mais abastadas, o que aumentaria os lucros obtidos através da atribuição de um maior valor de troca aos imóveis ali localizados.

projeto, dentre os loteamentos populares do Município de Ponte Nova, o Bairro Novo Horizonte é o que apresenta o melhor resultado em termos do padrão construtivo de suas casas. Porém esse aspecto não é resultado direto da estratégia de venda adotada, pois nem todas as casas foram projetadas pela imobiliária.

Verifica-se que não houve na época da criação do bairro nenhum tipo de articulação entre a Prefeitura Municipal de Ponte Nova e a Hércules Imobiliária no sentido de que o bairro fosse destinado à classe popular. A articulação entre a administração municipal e a Hércules Imobiliária, ocorre em 1986 devido à necessidade de doação de um terreno para a construção das casas populares pela SEAC/SEPLAN havendo desse modo uma permuta entre as partes. Após a autorização do Poder Legislativo (Lei nº1. 372/86), o Executivo Municipal assinou um contrato com a Hércules Imobiliária Ltda registrado em cartório no dia 01 de fevereiro de 1988. (Anexo KK)

De acordo com os termos desse contrato, a municipalidade ficaria responsável pela complementação das obras de construção do Bairro Novo Horizonte conforme a planta e o memorial descritivo aprovados pelo Departamento de Obras da Prefeitura. A Hércules Imobiliária ficaria desobrigada de qualquer pagamento referente ao custo da obra, devendo receber o loteamento em condições de ser levado à venda no mercado imobiliário.

Todo o material empregado nessa obra, assim como a mão de obra necessária, deveria ser fornecido pela prefeitura. O contrato trata também do prazo das obras que deveriam ser iniciadas, no dia 01 de fevereiro de 1988 devendo ser terminadas em oito meses a partir da data de assinatura do contrato. Assim, as obras poderiam ser prorrogadas no máximo até o dia 31/12/1988, o que acabou não acontecendo.

A Hércules Imobiliária por sua vez ficaria obrigada a entregar 20% (vinte por cento) dos lotes disponíveis como forma de pagamento pelos serviços prestados. Os lotes usados para a construção de casas populares em regime de Mutirão seriam considerados adiantamento. As casas construídas pela prefeitura deveriam ter a fachada principal voltada para uma via constante no projeto do Bairro, e só poderiam ser habitadas após as obras de: ligação de rede de água e esgoto da casa com a via pública, pavimentação e iluminação do acesso e das vias que as contornavam após a construção das casas. Toda benfeitoria extra infra estrutura, realizada para viabilizar a execução das casas populares, passaria a ser propriedade da Hércules Imobiliária.

A Prefeitura ficou responsável ainda pela indenização de oito lotes que ela ocupou. Caso as obras não fossem terminadas em oito meses as que já estivessem realizadas passariam a pertencer ao imóvel da Hércules Imobiliária. O não cumprimento do contrato implicaria uma multa de 2.785 OTNS para a parte.

A Prefeitura Municipal não poderia exigir a redução do plano da obra, ficando ainda responsável pela contratação e salários do operariado e perante a legislação social e trabalhista. A Hércules Imobiliária poderia, se quisesse, fiscalizar ou indicar pessoa competente para exercer esta função.

De acordo com o documento datado em 06 de janeiro de 1989 o Bairro Novo Horizonte possuía 302 lotes. Antes da permuta com a prefeitura foram vendidos 56 lotes. Na permuta 20% dos lotes disponíveis, ou seja, 20% de 246 (49) foram entregues à Prefeitura Municipal de Ponte Nova. Foram usados pela Prefeitura Municipal de Ponte Nova 52 lotes e após a permuta foram vendidos 91 lotes, restando 103 lotes disponíveis para venda.

Em uma carta endereçada ao prefeito municipal datada do dia 15 de fevereiro de 1989, constava, como anexo, o orçamento das obras de urbanização do Bairro Novo Horizonte. Segundo o documento não havia projetos de água potável, esgoto e água pluvial para o Bairro sendo os mesmos estimados.

Em 02 de março de 1989 quase um mês mais tarde, um representante de uma empresa de auditoria enviava uma correspondência ao prefeito informando que confirmava a inviabilidade financeira do loteamento do Bairro Novo Horizonte. Na sua concepção a transação seria inviável e onerosa aos cofres públicos, devendo o prefeito denunciar o referido contrato a fim de evitar maiores ônus para o Município.

De acordo com um laudo realizado pela vigilância sanitária em 07 de novembro de 1988 e assinado pelo diretor do Centro Regional de Saúde de Ponte Nova e pelo coordenador da vigilância sanitária as casas populares do Novo Horizonte não possuíam condições de habitabilidade, uma vez que lhes faltava acabamento e a infra estrutura do terreno não fora realizada, de modo que não poderiam ser entregues à população.

A vistoria indicava que as ruas do bairro não possuíam meio fio, rede de água, luz e esgotos (residenciais e pluviais). As casas não estavam prontas para serem habitadas pois faltando instalar portas, janelas, vasos sanitários, pia, lavatórios, tanques, encanamento hidráulico, caixa d água e torneiras.

O laudo apontava também a falta de cumeeiras nos telhados das casas e de reboco nas paredes que deveriam estar pintadas para serem entregues as famílias. Como forma de conclusão o funcionário apontou que, segundo padrões estabelecidos pela vigilância sanitária, somente após a conclusão das obras no bairro e nas casas é que as chaves deveriam ser entregues aos moradores, uma vez que, como estavam não ofereciam segurança à saúde dos moradores principalmente em razão das chuvas que se iniciavam naquele período.

Verifica-se que, do ponto de vista da Lei nº. 6.766/79 a venda de lotes no Bairro Novo Horizonte não poderia ser realizada sem que fossem executados os projetos de arruamento e

os serviços de água, luz e esgoto. Entretanto a administração municipal não cobrou a execução da infra estrutura urbana relacionada ao saneamento básico (rede de água pluvial, rede de água potável, rede de esgoto) pavimentação e iluminação pública, assumindo esta responsabilidade no lugar do empreendedor sem, no entanto cumprir a sua parte deixando o problema para ser resolvido pela administração municipal seguinte e prejudicando os moradores do Bairro principalmente os mutirantes, uma vez que com as construções iniciaram no ano de 1987 e as casas só puderam ser ocupadas de fato em 1990.

7.1. O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais em Ponte Nova-MG

A construção de casas populares no Bairro Novo Horizonte destinadas à assistência de famílias carentes, tem como acontecimento inicial à assinatura pelo chefe do Executivo, no ano de 1986, de um convênio junto ao governo federal para liberação de recursos através do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais.

Esse programa vinculava-se à Secretaria Especial de Assuntos Comunitários (SEAC), e destinava-se a construção de casas populares em regime de mutirão^e mediante a ação conjunta de um grupo de famílias. De acordo com o regulamento do referido programa as famílias deveriam se associar em uma Sociedade Comunitária de Habitação Popular para a construção das casas e contavam com o auxílio de uma instituição conveniada, que no caso foi a Prefeitura Municipal de Ponte Nova-MG.

Cabe discutir aqui, a partir das informações reunidas alguns acontecimentos relacionados à implantação do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais no Município de Ponte Nova-MG. O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais foi lançado em Belo Horizonte no dia 06 de Novembro de 1987. Segundo reportagem do jornal O Município, o lançamento do referido programa constituía mais uma atividade da Secretaria Especial de Ação Comunitária, órgão do Ministério do Planejamento, e tinha como meta à construção de três milhões e cem mil casas populares, em regime de mutirão, até 1991.

Havia sido estipulada a construção de 30 mil casas no Estado de Minas até o final de 1997. Dentre os municípios contemplados pelo programa em Minas Gerais (cem no total) Ponte Nova, havia sido beneficiada com duzentas unidades, em razão da interferência de um deputado natural da cidade, que solicitara a inclusão do município entre os beneficiados pelos referidos convênios. Ressaltava ainda que a organização e fiscalização do trabalho de mutirão ficariam a cargo de um conselho comunitário criado para esse fim, sendo o mesmo composto

de representantes da Prefeitura, dos mutirantes e da SEAC/SEPLAN. No ano de 1986 o prefeito José Sette de Barros lançava o Programa Mutirão Habitacional Ponte Nova convocando as famílias interessadas em participar da construção das casas.

7.2. Resumo das condições exigidas da Sociedade Comunitária do Novo Horizonte e da Prefeitura Municipal de Ponte Nova para a participação no Programa Nacional de Mutirões Habitacionais

- Dispor de área para futura doação a Sociedade Comunitária Habitacional;
- Formar sociedade comunitária habitacional para cada projeto no município, registrá-la no ofício competente, prover eleições do Conselho Comunitário habitacional, utilizando o Estatuto-padrão fornecido pela SEAC;
- Definir os projetos das habitações em conjunto com a Sociedade Comunitária Habitacional, orientá-la na busca de soluções regionais de baixo custo, na organização do mutirão e na racionalização da construção das habitações;
- Apresentar os desenhos: da situação da gleba na cidade com a indicação dos equipamentos vizinhos de saúde, educação e lazer, projeto de loteamento com a forma de organização das habitações, do projeto de arquitetura contando as plantas baixa, fachada, cortes, projeto hidráulico e localização do esgoto sanitário. Anexar memorial descritivo do sistema construtivo adotado;
- Obedecer à legislação Federal e Municipal vigentes na ocupação das áreas e definição dos lotes;
- Formar a área com arruamento e demarcação dos lotes;
- Proceder à individualização e Registro dos lotes;
- Dar assistência técnica e jurídica e fornecer equipamentos, máquinas e demais condições para realização das obras;

A data de Constituição do estatuto da SOCOHAB/NH é de 30/11/1990. Sua criação era uma exigência da Secretaria Especial de Ação Comunitária, A confecção do referido estatuto foi feita com base no Estatuto- Padrão fornecido pela SEAC, sendo o mesmo estruturado em 27 artigos e seis capítulos.

7.3. Resumo do Estatuto da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Novo Horizonte - Ponte Nova - MG

Fundada em 02/06/1989 a Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Novo Horizonte (SOCOHAB/NH) era uma sociedade civil de direitos privados sem fins lucrativos que tinha por finalidade suprir a necessidade de habitação da população carente e de baixa renda, considerando como tais os indivíduos que não possuísem casa própria e que percebessem rendimentos mensais de 0 a 2 salários mínimos. Através da formação de um patrimônio e uma receita essa organização seria responsável pela associação das pessoas interessadas.

Dentre os objetivos que lhe eram estabelecidos cita-se o de buscar, junto ao Poder Público conveniado e particulares, a doação de terrenos passíveis de edificação de moradias populares juntamente com o projeto de aproveitamento da área e serviços de infra estrutura no sentido de viabilizar a execução do projeto. Caber-lhe-ia ainda providenciar as verbas que fossem necessárias à complementação dos recursos materiais para a execução dos projetos habitacionais e a construção das moradias previstas pelo projeto habitacional, utilizando a força de trabalho e capacitação técnica de seus associados, sendo que também era permitido fazer uso dos serviços de terceiros, desde que voluntários e não remunerados.

Segundo o Estatuto, a Sociedade Comunitária deveria ainda selecionar os associados de acordo com os requisitos do Estatuto e que tivessem contribuído na construção das moradias dando-lhes o direito real da habitação. Caberia à Sociedade Comunitária administrar os imóveis de sua propriedade favorecendo a criação de equipamentos comunitários e utilidades urbanas.

A administração dessa entidade se realizaria através da Assembléia Geral, do Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal. Os ocupantes desses cargos por sua vez não receberiam qualquer tipo de remuneração. Caberia à Assembléia Geral eleger e demitir os membros do Conselho Comunitário e do Conselho Fiscal através de eleições.

O Conselho Comunitário seria formado pelos cargos de: presidente, vice-presidente, secretário, 2 secretário, tesoureiro e 2 tesoureiro. As reuniões do Conselho Comunitário seriam realizadas uma vez ao mês e sempre que fosse necessário devendo contar com o “quorum” mínimo de metade mais um de seus membros, lavrando-se as suas respectivas atas. As decisões seriam tomadas com a maioria simples dos votos de seus membros. As reuniões do Conselho Comunitário deveriam contar com a participação dos membros do Conselho Fiscal.

Ao Conselho Comunitário caberia cuidar do cumprimento das finalidades da Sociedade Comunitária; cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e regimento interno e as deliberações das Assembléias Gerais; representar a Sociedade Comunitária e praticar atos em defesa da mesma; aprovar contratos, acordos, convênios, planos, programas e projetos de interesse da Sociedade Comunitária; resolver sobre a isenção temporária da obrigação de pagamento da tarifa/prestação mensal; aplicar o fundo comunitário em benefício dos associados da SOCOHAB/NH, na complementação dos itens que faltassem para as moradias atenderem ao projeto arquitetônico da unidade piloto, quanto em obras de interesse coletivo dos mesmos e prestar contas mensalmente de seus atos à Assembléia Geral.

As reuniões da Assembléia Geral deveriam ser realizadas mensalmente onde seriam decididos quaisquer assuntos de interesse dos associados. O direito de voto nessas Assembléias caberia apenas ao titular do registro da casa. Além das Assembléias Gerais Ordinárias poderiam ser convocadas Assembléias Gerais Extraordinárias por qualquer um dos Conselhos ou por metade dos associados sempre exigirem os interesses gerais. Ao Conselho Fiscal, caberia examinar livros e papéis da Sociedade Comunitária, fiscalizar-lhe a contabilidade, examinar e emitir parecer sobre os balanços a serem apresentados à Assembléia Geral.

Em relação ao pagamento das casas, os associados (as) ficariam obrigados a contribuir mensalmente com a Sociedade Comunitária, a título de pagamento de tarifa/prestação pelo uso da casa, com valor igual a 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente, durante 05 (cinco) anos consecutivos constituindo assim 60 prestações. Após o pagamento dessas prestações caberia à Sociedade Comunitária outorgar ao morador a escritura do imóvel cabendo a este as despesas de Cartório. A Sociedade Comunitária teria o direito de reivindicar a devolução do imóvel, na hipótese de mau uso do mesmo.

Os associados ou cessionários não responderiam pelas obrigações sociais da Sociedade Comunitária. Em caso de extinção da mesma o seu patrimônio seria destinado a uma entidade congênere do bairro Novo Horizonte que no caso seria a Associação de Moradores local.

O presente Estatuto foi baseado na adequação do estatuto padrão original que foi proposto pelo ex-Secretário Especial de Assuntos Comunitários (SEAC SEPLAN/Presidência da República) sendo assinado pelo Secretário Nacional de Habitação, Ramón Arnus Filho, e aprovado em Assembléia Extraordinária realizadas no dia 30/11/1990.

7.4. A mobilização da SOCOHAB na reivindicação pela continuidade do Mutirão

A partir das reportagens da Folha de Ponte Nova, e da ata de reuniões da Sociedade Comunitária de Habitação procurou-se discutir aqui de que maneira os mutirantes do Novo Horizonte se mobilizaram no sentido de exigir da administração municipal a retomada da construção das casas populares. Deverá ser discutida a atuação dessa entidade até o momento em que a sua representação é transferida para a Associação de Moradores do Bairro Novo Horizonte.

Segundo o jornal Folha de Ponte Nova, os mutirantes do Bairro Novo Horizonte fizeram uma reunião no dia 02 de junho de 1989 às 19:00 horas no Salão Paroquial da Igreja de São Pedro. A reunião teve como pauta a reivindicação dos moradores quanto à reativação das obras do conjunto habitacional do Bairro, iniciado na gestão do governo anterior. Na ocasião foram eleitos os representantes dos mutirantes no Conselho Comunitário que administrava a Sociedade. Integravam ainda a "sociedade" dois representantes da prefeitura e um da SEAC. (Anexo MM)

Em 24 de junho de 1989 foi iniciado o mutirão para término da construção das 70 casas do Conjunto Novo Horizonte, paralisado desde 1988. Segundo o jornal Folha de Ponte Nova, o trabalho foi resultado da organização dos mutirantes e das reuniões e encontros com o prefeito e seu vice e Secretário de Bem Estar Social. A organização dos mutirantes contava ainda com a assessoria da Pastoral Operária e Secretaria do Trabalho/Ceaps. Segundo o jornal Folha de Ponte Nova a municipalidade assumiria as despesas de infra estrutura, água, luz, esgoto, e com material básico para as moradias (tanques, vasos sanitários, pisos caixas d água etc.) enquanto as famílias entrariam com a mão-de-obra.(Anexo NN)

Na manhã do dia 12 de novembro de 1989 se reuniram na Capela do Bairro de Fátima cerca de 100 (cem) pessoas para discutir com as autoridades os principais problemas do bairro. Desde 1986 oito famílias residiam no Grupo Escolar do Bairro. Além disso, o posto médico estava semi-desativado devido vários problemas como ameaças aos médicos, depredação no prédio, furto de material clínico etc. Foram levantados ainda problemas referentes à má qualidade da água consumida pela população e questões relativas ao transporte coletivo. O Sr. Maurício Rolim, Presidente do Conselho Comunitário do Bairro Novo Horizonte, dispôs-se a convocar as famílias das "casas populares" para auxiliar, em regime de mutirão, na construção de novas casas para o Bairro de Fátima. Na mesma ocasião o Sr. Antônio Brant (representante da SEAC) informou ter repassado à prefeitura municipal de Ponte Nova NCZ \$ 80 mil para a conclusão das casas do Novo Horizonte. (Anexo OO)

Na tarde de 17/02 as famílias de mutirantes do Bairro Novo Horizonte tomaram posse de suas casas. Desde janeiro de 1987, quando a SEAC liberou recursos para a construção de 200 casas populares, o trabalho vinha sendo feito. Apenas 70 casas populares foram concluídas sendo que seria feita a terraplanagem para se erguer mais 20 casas.

Apesar dos atrasos no cronograma da obra e até mesmo da redução das unidades, o representante da SEAC considerava o mutirão como vitorioso em razão do esforço das pessoas envolvidas. Ele comentou que em função de problemas na aplicação dos recursos, a obra havia sido paralisada logo depois da liberação da verba, embora não soubesse o motivo. Porém, quando os trabalhos foram retomados, os recursos não eram mais suficientes para concluir as moradias na gestão do ex-prefeito. Daí a Secretaria de Ação Comunitária (SEAC) esperou a posse do novo Prefeito para reinjetar mais recursos, viabilizando o fim de pelo menos 70 casas.

O presidente da SOCOHAB/NH se dizia orgulhoso do esforço realizado para viabilizar a casa própria para as pessoas, embora reconhecesse que o problema habitacional da cidade exigisse um número maior de moradias. Aguardava-se ainda o fornecimento regular de água e a implantação de rede elétrica, previstos para dentro de 30 dias. O prefeito por sua vez desejava concluir mais casas para a população carente em regime de mutirão, pois acreditava que 70 moradias não resolveriam o problema habitacional da cidade. (Anexo PP)

De acordo com reportagem da Folha de Ponte Nova por estarem cansados de esperar uma medida por parte da Prefeitura Municipal, moradores e proprietários de lotes no Bairro Novo Horizonte entraram na Justiça para garantir a urbanização das ruas o que seria assegurado pelo contrato de compra e venda feito pela imobiliária. Ainda segundo a reportagem os moradores entendiam que uma vez que o ex Prefeito assumira o compromisso o atual deveria cumprir o contrato assinado pelo Executivo na época. (Anexos QQ, RR)

No dia 07 de junho de 1990 foi inaugurado o telefone público no Bairro Novo Horizonte numa cerimônia onde estavam presentes o prefeito e alguns vereadores. Segundo o presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Horizonte, havia urgência na instalação do aparelho devido ao isolamento da população em relação ao centro da cidade. Os moradores presentes ao ato ressaltaram que havia serviços importantes a serem realizados como o abastecimento de água, transporte coletivo, e atendimento pelos correios. Além disso, alguns moradores reclamaram da falta de abastecimento de água uma vez que a cobrança pelo serviço chegava regularmente. (Anexo SS)

8. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA VIDA NO BAIRRO NOVO HORIZONTE E DE SEUS HABITANTES

Ao pensar nos objetivos que a presente pesquisa buscou atingir admiti-se que estes se relacionam a aspectos da história do Bairro, e à história de vida dos seus moradores. Acredita-se que seus relatos possam ajudar no entendimento do funcionamento do mutirão, já que os documentos relacionados ao mesmo são poucos. A realização de entrevistas serve na averiguação da hipótese de que a organização destes através da Sociedade Comunitária de Habitação Popular se constituiu em um instrumento de negociação entre estes e a Prefeitura Municipal no sentido de que este atendesse a algumas de suas reivindicações. Mais do que resgatar sua história se faz necessário conhecer um pouco do Bairro Novo Horizonte através de seus moradores.

Na elaboração da entrevista semi estruturada adotou-se como referencial teórico metodológico o trabalho realizado por Perlman (1982) sobre a questão da marginalidade em favelas do Rio de Janeiro. Suas pesquisas visam desmistificar a questão da marginalidade, supostamente presente, em populações formadas por migrantes do campo desdobrando as teorias sobre a marginalidade em três proposições e conceitos a serem trabalhados.

A dimensão social, estaria relacionada ao nível de integração dos moradores das favelas entre si e com o restante da cidade. Segundo a primeira de suas proposições as favelas seriam desorganizadas do ponto de vista interno, dado o fato de seus moradores mostrarem-se solitários e isolados, criando um ambiente onde haveria poucas relações de confiança e ajuda entre seus moradores, além de propiciar a manifestação de aspectos ligados ao crime e à violência. A segunda proposição afirma que o favelado não se integra à cidade, utilizando-se pouco do contexto urbano e apresentando pouca familiaridade com a cidade.

A dimensão cultural analisa a favela do ponto de vista da permanência ou não de uma cultura tradicionalista e de reprodução da pobreza. Segundo essas proposições a favela constitui uma forma de permanência de aspectos da cultura rural no urbano que tem a elaboração e perpetuação de uma cultura da pobreza como forma de reação de seus moradores à situação em que vivem. São analisados aspectos como a orientação religiosa, valores familiares que são ensinados aos filhos e a relação que essas populações estabelecem com as autoridades no sentido de averiguar se há uma relação de submissão para com estes.

A terceira dimensão diz respeito a aspectos da vida econômica dos moradores. De acordo com essa dimensão os moradores de favelas constituem um grupo que pouco contribui para a economia em termos de trabalho e consumo, dado à sua pouca qualificação e

capacidade de adaptação ao trabalho urbano do ponto de vista da adoção de uma ética relacionada ao trabalho e de valores empresariais, o que contribui para o desemprego e necessidade de auxílio do governo.

A dimensão política por sua vez apresenta duas proposições. A primeira considera que moradores de favelas apresentam uma apatia política, o que se reflete no fato deste não se integrar na vida política da cidade e do país. A segunda proposição considera que devido às suas frustrações diante da desorganização social do ambiente em que vivem os moradores de favelas adotam um posicionamento político de esquerda ligado à exigência de mudanças estruturais no sistema, a uma consciência de classe e a valores como o nacionalismo.

É preciso dizer que o Bairro do Novo Horizonte, em comparação com o objeto do estudo acima referido, não se constitui do ponto de vista da presente pesquisa enquanto favela. Porém há similaridades entre esses objetos de estudo que permitem não uma generalização da teoria utilizada, mas uma adaptação no sentido de averiguar em outro contexto de que forma essas três dimensões podem ajudar, a partir de estudos mais aprofundados, a entender o modo de vida dos moradores do Bairro Novo Horizonte.

Foram realizadas nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2009, 21 entrevistas dentre '95 moradores das casas que foram construídas através do mutirão. A adoção desse critério atende ao objetivo, de levantar informações a respeito do funcionamento do mutirão, de descobrir de onde essas pessoas vieram, por que escolheram morar no Bairro Novo Horizonte e de que forma essas pessoas vivenciam o Bairro dado o fato de terem participado de certa maneira da sua criação.

Durante o trabalho de campo foram adotados outros critérios aqui descritos. Decidiu-se realizar as entrevistas de forma distribuída entre as três ruas do Bairro onde foram construídas casas em regime de mutirão. (Rua Edson Nogueira Gomes. Francisco Caríssimo e Antônio Semião de Carvalho). Adotou-se ainda o critério de não entrevistar pessoas que fossem vizinhas as que já tinham sido entrevistadas, e de não entrevistar pessoas que já tivessem tomado conhecimento das respostas dadas por outros entrevistados. Outro critério adotado, em relação à escolha das casas, diz respeito ao fato de que se procurou entrevistar tanto moradores de casas que haviam sofrido reformas e modificações, quanto casas que mantinham características semelhantes às originais. Além disso, a aplicação dessas entrevistas baseou-se na indicação pelos próprios moradores de pessoas que haviam participado do mutirão, enquanto outras foram realizadas de forma acidental à medida que algumas pessoas eram convidadas a participar voluntariamente da pesquisa.

Elaborou-se um quadro no sentido de traçar o perfil dos entrevistados relacionando a situação profissional desse membro da família com o número de pessoas e que residem na

unidade doméstica. Os dados referentes à escolaridade, profissão, o fato de estar empregado e o recebimento de ajuda do governo ajudam a traçar o perfil das famílias do ponto de vista econômico (Apêndice C).

As perguntas abertas por sua vez foram colocadas de modo a levantar, de forma hierarquizada, informações e opiniões dos entrevistados em relação ao Bairro, à percepção destes em relação a mudanças ocorridas ao longo dos anos, no que diz respeito à sua participação e integração com os outros moradores, ao modo como vivencia o contexto urbano, dado pelas atividades que realiza fora do Bairro, e por fim averiguar qual a sua participação política.

Outras perguntas, porém estão relacionadas às condições habitacionais como forma de avaliar se a questão da autoconstrução está presente como um fenômeno que ocorre em razão da necessidade de melhoria e ampliações nas casas, e da falta de condições de arcar com os custos de material e da mão de obra. Como um dos critérios adotou-se a aplicação de uma entrevista para cada residência.

Devido ao fato das entrevistas terem sido realizadas durante a semana e no horário diurno a amostra dos entrevistados é formada por mulheres (donas de casa e aposentados) que estavam nas residências nesses horários. Deve-se, portanto, considerar que a amostra não é probabilística, não exigindo a realização de um número de entrevistas que fosse representativo em relação à população formada pelos ex-mutirantes. Entretanto um maior número e diversidade de entrevistados poderia trazer informações mais diversas. Percebendo essa falha não deverá ser feita nenhuma generalização das respostas em relação à população do Bairro Novo Horizonte como um todo.

De acordo com os dados obtidos, a média de moradores por residência dentre os entrevistados foi de 5 pessoas, sendo que a média de moradores que possuem renda na família é de 2 pessoas. Dentre os entrevistados apenas 04 pessoas possuem emprego com carteira assinada e 05 são aposentados e/ou pensionistas. Em relação à questão da assistência social no Bairro 07 dos entrevistados relataram receber algum tipo de ajuda do governo.

Quanto ao motivo que os levou a morar no Bairro Novo Horizonte, 66,6% dos entrevistados indicam que tiveram oportunidade de adquirir a casa própria através do mutirão (14 entrevistados). Mesmo os moradores que não participaram do mutirão apontaram o fato de irem morar no Novo Horizonte devido o preço da casa ter sido mais acessível, mesmo se tratando de casos em que a compra se deu por financiamento. Outros entrevistados apontaram ainda o fato de terem se mudado para o Novo Horizonte por causa de parentes que já moravam no Bairro.

Ao analisar as respostas referentes ao que as pessoas gostam no Bairro, verificou-se de maneira geral que alguns entrevistados apontam o convívio com os vizinhos e a tranquilidade do Bairro enquanto características que os fazem gostar do mesmo. Por outro lado 24% dos entrevistados (05) não manifestam satisfação em morar no Bairro, apenas residem no mesmo pelo fato de ter sido o lugar onde foi possível adquirir a casa própria e não terem condições de morar em outro lugar.

Das respostas dirigidas ao que os entrevistados não gostam no Bairro, apenas 14,3% do entrevistados (03 pessoas) afirmaram não ter do que reclamar. As respostas obtidas e a frequência com que aparecem são: brigas (06); barulho causados pela existência de bares (05); o fato de o ônibus passar no bairro somente de hora em hora (04); a falta de abastecimento de água (03); o fato da principal rua de acesso ser muito íngreme (02); presença de usuários de drogas (02); à distância do bairro em relação aos bairros mais centrais (01); barulho causado por crianças (01); presença de barro na rua quando chove (01).

Entre as atividades que são realizadas no Bairro Novo Horizonte, 33,33% dos entrevistados afirmaram que não realizam nenhum tipo de atividade (07 pessoas). A frequência das respostas foi agrupada da seguinte maneira: atividades relacionadas a práticas religiosas (08); atividades restritas à unidade doméstica (04); grupo de congado do bairro (02); prática de esporte (02), caminhada da terceira idade (01).

Em relação às atividades realizadas fora do Bairro Novo Horizonte 14,28% dos entrevistados (03 pessoas) relataram não realizar nenhuma atividade fora do Bairro. As outras respostas obtidas foram: atividades relacionadas a práticas religiosas (06); prática de esporte/lazer (04); atividades relacionadas à obtenção de serviços (04); participação de algum tipo de associação (02); levar filhos para escola (01); atividades relacionadas ao estudo/qualificação profissional (01); ir à casa de parentes (01); viajar (01).

De acordo com opinião dos entrevistados, as principais mudanças pelas quais o Bairro Novo Horizonte passou desde quando elas residem no mesmo foram: calçamento das ruas (08); melhorias nas casas (08); ônibus (04); reservatório de água (04); luz (03); construção da capela (02); posto de saúde (01); praça (01). Entre os entrevistados 23,8% relataram não terem percebido mudanças no Bairro Novo Horizonte.

Ao serem perguntados se a vida das pessoas do Bairro havia melhorado 100% dos entrevistados responderam que sim. Em relação a quem as melhorias do Bairro são atribuídas obteve-se a seguinte distribuição. Dos 21 entrevistados 47,61% atribui as melhorias do Bairro exclusivamente à Prefeitura (10 pessoas); enquanto 52,38% acreditam que a melhorias do Bairro é resultado da ação da Prefeitura mediante a organização e pressão dos moradores (11 pessoas).

Embora o Bairro Novo Horizonte tenha nesses 19 anos de existência passado por algumas melhorias do ponto de vista de alguns serviços existe ainda a necessidade de outros serviços o que é evidenciado no fato de que todos os entrevistados (21 pessoas) sentem falta de algum tipo de serviço no Bairro. Em relação aos serviços dos quais os entrevistados sentem falta, o comércio aparece como o mais citado (15) seguido pelos serviços de educação e lazer (14), os serviços de transporte e saúde foram os menos citados (08).

A opinião dos entrevistados não aponta diretamente para a falta desses serviços, mas sim pela qualidade com que os mesmos são oferecidos. Por exemplo, existe uma escola de ensino fundamental que se localiza bem próximo ao Bairro de Fátima. Entretanto a creche que havia no bairro havia sido desativada há pouco tempo, retirando o conforto das mães do bairro de não precisarem levar seus filhos para uma creche em um outro bairro, mesmo este sendo próximo.

A reclamação em relação ao serviço de transporte também serve de exemplo, pois fica em evidência que este foi citado não pela sua falta, já que o bairro possui uma linha regular de ônibus, mas sim pela qualidade de seu oferecimento dado o fato de que a empresa disponibiliza apenas um veículo para o Bairro que passa de hora em hora. Entretanto essa questão poderia ser justificada em razão de as linhas que servem ao Bairro São Pedro e Palmeirense podem ser utilizadas pelos moradores do Bairro Novo Horizonte. Entretanto se inserem nesse contexto outras questões, como a distância do Bairro Novo Horizonte em relação a bairros centrais como Palmeiras e o Centro Histórico, dado o fato de que as ruas de acesso ao bairro são bem íngremes, o que causa um desconforto principalmente para as pessoas idosas e deficientes.

Em relação à questão da moradia apenas (01) dos entrevistados afirmou que mora de aluguel o que já era esperado, dado o fato de que poderia haver a permanência de grande parte dos primeiros moradores participantes do mutirão, ou a transferência da propriedade por herança. Porém, por outro lado observa-se que 23,8% dos entrevistados (05 pessoas) adquiriu a casa onde moram pela compra, sendo que (01) morador admitiu ter trocado a casa onde morava pela do Bairro Novo Horizonte.

No que diz respeito à obtenção e transferência da propriedade dos imóveis através de escritura apenas (01) morador afirma que possui a escritura da casa. Ao serem perguntados por que não possuíam a escritura das casas, houve uma série de respostas, que demonstra a falta de informação das pessoas em relação ao processo de regularização dos imóveis do Bairro.

De acordo com o proprietário do Cartório de Registro de Imóveis em relação às casas que fizeram parte do mutirão, a documentação está toda regularizada estando à propriedade

dos imóveis registrada em nome da Prefeitura Municipal de Ponte Nova. Estando o imóvel com o seu pagamento quitado e com o IPTU em dia não há impedimentos para que o morador realize a transferência da propriedade, a não ser o pagamento dos encargos financeiros que não são baratos.

Dentre os entrevistados que não possuem ainda a propriedade em seus nomes 57,14% dos entrevistados (12 pessoas) demonstram consciência dessa situação. Esses entrevistados relataram que a administração anterior teria realizado uma reunião com os moradores, no sentido de viabilizar as escrituras de maneira coletiva, o que acabou não ocorrendo até o momento. Mesmo que a obtenção das escrituras seja feito dessa maneira como resolver a questão da inadimplência em relação ao pagamento das casas e do IPTU? No caso de falecimento dos moradores como resolver a questão da herança principalmente em casos cerca de 7 pessoas habitam numa mesma casa?

Ainda em relação à questão da moradia, ao observou-se que 76,19% dos entrevistados (16 pessoas) demonstram que a realização de obras de reforma e construção no Bairro Novo Horizonte é realizada pelos próprios moradores por ocasião de folgas e dos finais de semana e em razão da necessidade de juntar dinheiro para a compra de material. É preciso, entretanto ressaltar que as famílias que participaram do mutirão tinham por norma que contribuir com a mão de obra de um servente ou um pedreiro profissional, pago ou voluntário. Assim embora o trabalho feminino tenha se manifestado de maneira relevante na realização do mutirão, parte dos chefes de família eram pedreiros o que explica de certo modo o fato de grande parte das casas do mutirão terem sido alteradas dentro do que o terreno permitiu.

Ao tentar quantificar a questão do envolvimento político dos entrevistados buscou-se em um primeiro momento avaliar o interesse dos moradores pela Associação de Moradores, entendendo que este seria o meio de organização e discussão política que lhes é mais próximo. Foi levado em consideração o fato de que os moradores mais velhos tiveram uma experiência mais direta do ponto de vista da organização da comunidade no momento em que as pessoas do bairro tinham por objetivo comum o término das casas via mutirão e o atendimento da Prefeitura ao cumprimento da infra estrutura urbana do bairro.

Verificou-se que existe um desinteresse de alguns entrevistados em participar da Associação de Moradores, devido a fatores como: a falta de tempo em razão do trabalho; não ficar sabendo das reuniões; o posicionamento de participar somente de discussões que tratem de interesses próprios, como a questão das escrituras das casas; o fato de achar que não tem capacidade para apresentar uma idéia ou opinião própria; achar que a realização de reuniões não traz resultados concretos e imediatos para a solução dos problemas do bairro. Houve pessoas que afirmaram nem ao menos saber quem era o Presidente da Associação Local.

Porém 47,61% dos entrevistados (10 pessoas) afirmaram que já haviam participado de reuniões da Sociedade Comunitária de Habitação e da Associação de Moradores.

Ao trabalhar a questão da participação política dos moradores do Bairro Novo Horizonte ao nível do Município verificou-se que apenas (02) moradores afirmaram em algum momento ter participado de sessões da Câmara Municipal de Ponte Nova. Ao serem perguntados o porquê da não participação 9,52% moradores a justificam pela questão do horário e pela distância da Câmara Municipal (02 pessoas). Por outro lado 14,28% mencionam o fato de nunca terem sido convidados a participar (03 pessoas) embora as sessões sejam abertas à presença e à manifestação das pessoas mediante a prévia inscrição.

Embora a pergunta tenha sido direcionada para o aspecto presencial da participação não foram mencionadas pelos entrevistados outras formas de acompanhamento das sessões uma vez que as mesmas são transmitidas pela emissora de TV local. Além disso, também não foi mencionado pelos entrevistados o conhecimento da existência de outros veículos de obtenção de informações da Câmara Municipal, e de contato com seus vereadores como, por exemplo, o site da mesma na internet onde são disponibilizados uma série de informações, entre as quais o resumo das sessões.

Percebeu-se após as entrevistas que houve uma falha na elaboração da pergunta "É afiliado a algum partido político?". O tempo verbal em que a pergunta foi formulada não permitiu que as pessoas pudessem refletir sobre a possibilidade de serem representantes políticos, apenas colocou em evidência uma opinião em relação aos valores políticos e ao posicionamento político partidário de alguns entrevistados e não como estes se colocariam no referido contexto. Nesse sentido a inserção de uma segunda pergunta poderia trazer uma maior riqueza de informações a respeito das aspirações individuais dos entrevistados: "O que você gostaria de fazer se pudesse se eleger como político?".

O que as respostas à pergunta acima demonstram, é que existe uma falta de interesse das pessoas pela política devido ao fato de acharem que não possuem capacidade ou vocação. Alguns entrevistados relataram que o único envolvimento com a política é através do voto levando a suposição de que estas pessoas subestimam a sua capacidade pessoal de opinar e decidir pelo voto, atribuindo o atendimento de suas necessidades e demandas a uma troca de favores estabelecida por ocasião das eleições. Alguns moradores relataram que se faz necessária à intermediação das reivindicações dos moradores através de um vereador que "puxe" para o Bairro Novo Horizonte uma vez que os políticos locais tem um posicionamento voltado ao atendimento das demandas dos bairros centrais da cidade de Ponte Nova.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um estudo sobre o contexto de criação do Bairro Novo Horizonte, baseou-se na intenção de ilustrar, através de uma pesquisa exploratória e descritiva, como os agentes produtores do espaço urbano se articulam na criação de bairros destinados à classe popular. Processo este que se caracteriza pela reprodução da segregação urbana, por uma revalorização fundiária e uma especulação imobiliária realizada por proprietários fundiários e promotores imobiliários, que se beneficiam da atuação do Estado no provimento de serviços e equipamentos urbanos.

No decorrer da pesquisa, as observações a respeito do contexto político e social, no qual a criação do bairro estava inserida chamou a atenção para a atuação dos movimentos sociais urbanos junto à questão da moradia. A partir dessa constatação foi realizada uma análise destes movimentos, através de reportagens da Folha de Ponte Nova, o que serviu à proposição de uma nova hipótese, e de um novo delineamento à pesquisa. A comprovação da presença e atuação das Associações de Bairro, dos Clubes de Mães e do Sindserp em Ponte Nova-MG, e o conjunto de dados reunidos sobre essas entidades, ainda que preliminares, ajudaram na construção de novas hipóteses a serem testadas sobre a questão da moradia no município de Ponte Nova.

Partindo da evidência de uma diversidade do ponto de vista da organização popular verificou-se que haviam entidades sociais, que se organizaram e atuaram como indicadores das carências e necessidades ao nível do urbano, confirmando a hipótese de que havia movimentos sociais na cidade no período no qual o mutirão do Bairro Novo Horizonte é concluído. Porém se faz necessário aprofundar a pesquisa em relação a essas entidades, no sentido de descobrir quem foram seus dirigentes, quais entidades estão em atividade e de que maneira atuam no contexto atual.

A pesquisa revelou que a construção de casas populares em Ponte Nova-MG se fazia necessária dado os baixos salários dos trabalhadores, e a pouca oferta de moradias a baixo custo, o que dificultava o acesso das famílias mais pobres à habitação enquanto mercadoria. Soma-se a isso problemas como o crescimento populacional, e a ocorrência de famílias desabrigadas por enchentes. A solução do problema da moradia no município, a exemplo das políticas habitacionais adotadas a nível federal, utiliza a prática do mutirão como sistema de produção da moradia popular. Entretanto, como forma de melhor embasamento dessa discussão, se faz necessário obter dados referentes ao déficit habitacional no referido contexto.

Acredita-se que a aquisição da casa própria é uma possibilidade das pessoas adquirirem uma maior autonomia e não somente uma política assistencial. Esta deve ser acompanhada por políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento social das populações carentes, eliminando o risco que políticas meramente assistenciais oferecem à reprodução das condições de pobreza. Nesse sentido a política de habitação popular deve abarcar outras questões, como a adoção de políticas relacionadas à infra estrutura urbana, e ao cumprimento das leis de uso e ocupação do solo, inibindo, por exemplo, a criação de loteamentos de maneira irregular.

Entretanto, entende-se que isso só será possível a partir do momento em que o salário dos trabalhadores for realmente compatível com aquisição de todos os bens e serviços que lhe são necessários, entre os quais se inclui a habitação. Isso por que a ocupação de bairros irregulares se dá muitas vezes por uma questão de necessidade das classes mais pobres e não por opção, o que ficou bem claro no relato de alguns entrevistados do Bairro Novo Horizonte.

No que diz respeito à implantação do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, o fato de terem sido planejadas 200 casas e só terem sido construídas 70, indica que houve uma má utilização dos recursos públicos, prejudicando os mutirantes e obrigando a administração de Antônio Bartolomeu a assumir os encargos referentes à implantação da infra-estrutura do bairro. Nesse caso o loteamento do Bairro Novo Horizonte representou uma forma de revalorização fundiária da propriedade, tendo em vista que ainda existem imóveis a serem vendidos pela Hércules Imobiliária Ltda. Cabe, portanto criar uma metodologia que permita averiguar se houve uma valorização dos imóveis a partir da instalação dos equipamentos urbanos.

A organização dos moradores através da Sociedade Comunitária de Habitação Popular se mostrou um dos fatores responsáveis pelo término das casas do conjunto habitacional e embora a Sociedade Comunitária de Habitação tenha dado lugar à Associação de Moradores, a organização presente hoje remete à uma organização baseada na solidariedade e no envolvimento mútuo da comunidade levando em consideração que a capela do bairro está sendo construída através de doações e fazendo uso do sistema de mutirão.

Como sugestão à realização de estudos posteriores formula-se a hipótese de que haja uma profunda relação na lógica de parcelamento do solo nas áreas de expansão urbana do Município de Ponte Nova. Observa-se a criação de loteamentos populares em terrenos limítrofes ao Novo Horizonte, e em outros bairros periféricos da cidade, como o Bairro São Geraldo. Nesse sentido, sugere-se que essa investigação seja ampliada futuramente para o restante do Município de Ponte Nova-MG, como forma de verificar a produção desse tipo de empreendimento na Zona da Mata Mineira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio **Desafios da habitação popular no Brasil**: políticas recentes e tendências. CARDOSO, Adauto L. (ed.) *Habitação social nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: FINEP/CEF, 2007.

BOLLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. IN: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.

BOLLAFFI, Gabriel. Para uma nova Política Habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos IN: VALADARES, Lícia (org). **Habitação em Questão**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 p.167-168.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, Cascavel/PR UNIOESTE ano VIII. n.17, 2º semestre 2007 p.66-72.

CONFERÊNCIA BRASILEIRA PARA A HABITAT II - Rio de Janeiro: 1996. **Assentamentos mais Humanos**. Rio de Janeiro, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2008.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. IN: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. 2ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.

MOYSÉS, R, Arlete. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, FRANCISCO. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos- CEBRAP**, São Paulo, n 74 mar. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>php?script=sci_arttext&pid=S010133002006000100005&lng=en&nrm=iso acesso em 07 abr. 2009.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 377p.

RIBEIRO FILHO, Antônio Brant. **Lavoura e Riqueza: voto e poder**. Ponte Nova: Sociedade Pró-Memória, 1996 301p.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuíta de. Governo Local e movimentos sociais por moradia: dilemas da gestão urbana. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre v.6, n. 1 p.105 – 125, jan./jun. 2007.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, 1999 32p.

BIBLIOGRAFIA

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137 – 1157, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 10 abr. 2009.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 590p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 178p.

RIBEIRO, Luís César de Queirós; PECHMAN, Robert Moses. **O que é Questão da Moradia**. São Paulo. Nova Cultural: Brasiliense, 1985 71p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FONTES UTILIZADAS

FONTES ORAIS

- Entrevista com ex-presidente da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Novo Horizonte para realização deste trabalho, em abril de 2008.
- Entrevista com ex-funcionário da SEAC/SEPLAN para realização deste trabalho, em fevereiro de 2009.
- Entrevista com ex-morador do Bairro Novo Horizonte para realização deste trabalho, em fevereiro de 2009.
- Entrevista com ex-funcionário da Hércules Imobiliária para realização deste trabalho, em maio de 2009.
- Entrevista com o engenheiro civil autor do projeto do Bairro Novo Horizonte e ex-diretor da Hércules Imobiliária para realização deste trabalho, em maio de 2009.
- Entrevista com ex-funcionário da SETAS/CEAPS para realização deste trabalho, em maio de 2009.
- Entrevistas com moradores do Bairro Novo Horizonte para realização deste trabalho, em maio de 2009.
- Entrevistas com servidor público municipal para realização deste trabalho, em junho de 2009.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivos Públicos:

- Lei N.1.176 de 1979 Arquivo da Prefeitura Municipal/Câmara Municipal de Ponte Nova. Documento de 26 dezembro de 1979;
- Lei N.1.372 de 1986 - Arquivo da Prefeitura Municipal/Câmara Municipal de Ponte Nova. Documento de 13 de novembro de 1986;
- Contrato entre a Hércules Imobiliária e a Prefeitura Municipal de Ponte Nova-MG registrado no Cartório Mauro Ribeiro no dia 01 de fevereiro de 1988 – Arquivo da Prefeitura Municipal de Ponte Nova;
- Laudo de vistoria da coordenadoria de vigilância sanitária e ações sobre o meio: Bairro Novo Horizonte, Casas Populares. Data: 07/11/1988. Assinado em 08/11/1988;
- Descrição dos lotes do Bairro Novo Horizonte. Documento de 06 de janeiro de 1989;
- Declaração assinada pelo prefeito municipal Ponte Nova, 25 de outubro de 1988;
- Carta ao Prefeito. Documento de 15 de fevereiro de 1989;
- Correspondência assinada por representante da Lisboa Auditores Associados S/C – ao prefeito municipal. Documento de 02 de março de 1989;
- Edições do Jornal “Folha de Ponte Nova” de 1988 a 1991 (Ano I, II e III) - acervo da Biblioteca Pública Municipal;

Arquivos particulares:

- Recortes do Jornal “O Município” (arquivo pessoal de ex-funcionário da SEAC/SEPLAN);

- Fotos do Lançamento do Programa Mutirão Habitacional Ponte Nova – 1986. (arquivo pessoal de ex-funcionário da SEAC/SEPLAN).
- Formulário de Participação no Programa Nacional de Mutirões Habitacionais (arquivo pessoal de ex-funcionário da SEAC/SEPLAN);
- Estatuto da Sociedade Comunitária de Habitação Popular do Bairro Novo Horizonte. Documento requerido pelo então presidente da mesma no dia 19 de março de 1991 (arquivo pessoal de ex-morador do Bairro Novo Horizonte);

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista realizada com ex-funcionário da Secretaria do Trabalho e Assistência Social/Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social SETAS/CEAPS.

1. Durante quanto tempo atuou na Secretaria de Trabalho e Assistência Social, e em que função?
2. Que tipo de trabalho era realizado pela Setas ?
3. A política assistencial da Prefeitura sinalizava um direcionamento para a questão da moradia?
4. Havia uma reivindicação da parte de alguma entidade pontenovense em relação à questão da moradia?
5. De que forma a Setas atuou junto ao mutirão do Novo Horizonte?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista realizada junto ao engenheiro responsável pelo projeto loteamento do Bairro Novo Horizonte.

1. Quando surgiu a idéia de se lotear propriedade onde hoje existe o Bairro Novo Horizonte? Por quê?
2. Antes do loteamento qual era o uso dado ao terreno onde se encontra o Bairro Novo Horizonte?
3. O loteamento do Bairro Novo Horizonte surgiu de algum projeto? De quem?
4. Em que ano a Hércules Imobiliária foi criada?
5. De que maneira a imobiliária atua?
6. Quando surgiu a idéia de se fazer o loteamento do Bairro Novo Horizonte?
7. O loteamento do Bairro Novo Horizonte surgiu de algum projeto? De quem?
8. O Bairro Novo Horizonte foi concebido com a intenção de vender lotes exclusivamente à população de baixa renda?
9. Seria possível/viável instalar outro tipo de loteamento na área? Por quê?
10. O loteamento teria sido feito sem essa participação da administração da administração municipal? Sim () Não () Por quê?
11. O que tem sido feito pela imobiliária no processo de regularização do loteamento do Bairro Novo Horizonte?
12. Há lotes no Bairro Novo Horizonte que ainda não foram vendidos?
13. Ao longo do processo de crescimento do Bairro Novo Horizonte houve uma valorização dos imóveis e dos lotes?
14. A imobiliária é/foi responsável por outros empreendimentos imobiliários no Município de Ponte Nova? Quais?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi estruturada realizada junto aos moradores do Bairro Novo Horizonte.

Número de pessoas que moram na residência _____ Membros da família que possuem renda _____							
Posição na unidade Doméstica	Idade	Escolaridade	Profissão	Empregado	Carteira assinada	Local de Trabalho (Bairro)	Recebe ajuda de programa do governo

1. Há quanto tempo você mora no Bairro Novo Horizonte?
2. Onde você morava antes de vir para o Bairro Novo Horizonte?
Ponte Nova/Bairro: _____ Outra cidade: _____
3. Por que você veio morar no Bairro Novo Horizonte?
4. Você gosta de morar aqui? SIM () NÃO () Por quê?
5. Que atividades você realiza aqui no Bairro? E fora do Bairro?
6. A casa onde você mora é própria? SIM () NÃO ()
7. Se a resposta for SIM de que forma você adquiriu a casa?
8. Se a resposta for NÃO, a residência é: Alugada () Emprestada () Outros ()
9. A propriedade do imóvel está registrada em cartório? SIM () NÃO () Por quê?
10. Quem realizou/realiza as obras de construção/reforma na casa?
11. Próprios moradores () Contrata alguém ()
Obs. _____
12. Você participa/participou de reuniões da Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte? SIM () NÃO () Por quê?
13. Você já foi às reuniões da Câmara Municipal? SIM () NÃO () Por quê?
14. Você é afiliado (a) a algum partido político? SIM () NÃO () Por quê?
15. O que mudou no Bairro Novo Horizonte desde que você veio para cá? Você acha que a vida das pessoas daqui melhorou? SIM () NÃO () Por quê?

16.A quem você atribui as melhorias feitas no Bairro Novo Horizonte?

17.Você sente falta de algo no Bairro Novo Horizonte? Quais?

18.Em sua opinião a Prefeitura Municipal procura atender as reivindicações dos moradores do Bairro Novo Horizonte? SIM ()NÃO () Por quê?

APÊNDICE D - Registro Fotográfico do Bairro Novo Horizonte



Figura 1: Vista das casas localizadas na Rua Edson Nogueira Gomes.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, março de 2009.



Figura 2: Vista da Rua Edson Nogueira Gomes, esquina com a Rua Francisco Caríssimo.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, março de 2009.



Figura 3: Vista das casas localizadas na Rua Francisco Caríssimo.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, março de 2009.



Figura 4: Vista das casas localizadas na Rua Francisco Caríssimo.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, março de 2009.



Figura 5: Fachada de casa localizada na Rua Edson Nogueira Gomes.
Foto: Daniel Fernando Vicari Pires, março de 2009.